



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**ANTROPOLOGIA – DIVERSIDADE
CULTURAL LATINO-AMERICANA**

**MULHERES NEGRAS NA UNILA:
A INVISIBILIDADE, PROTAGONISMO E TRAJETÓRIAS DE DOCENTES
NEGRAS NA UNILA**

JAQUELINE DOS SANTOS

Foz do Iguaçu
2025



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**ANTROPOLOGIA – DIVERSIDADE CULTURAL
LATINO-AMERICANA**

**MULHERES NEGRAS NA UNILA:
A INVISIBILIDADE, PROTAGONISMO E TRAJETÓRIAS DE DOCENTES
NEGRAS NA UNILA**

JAQUELINE DOS SANTOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana.

Orientador: Prof. Dr. Evander Ruthieri da Silva.

Foz do Iguaçu
2025

JAQUELINE DOS SANTOS

MULHERES NEGRAS NA UNILA:
A INVISIBILIDADE, PROTAGONISMO E TRAJETÓRIAS DE DOCENTES
NEGRAS NA UNILA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Doutor Evander Ruthieri da Silva
UNILA

Prof. Doutora Angela Maria de Souza
UNILA

Prof. Doutora Julia Batista Alves
UNILA

Foz do Iguaçu, 06 de agosto de 2025.

Dedico este trabalho ao meu filho Charly Emmanuel, aos meus pais, irmão, irmã (*in memoriam*) e sobrinha.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao dono dos meus dias (Deus) que me possibilitou o encerramento de mais uma etapa da minha vida, e a realização de um de meus sonhos. Também agradeço aos meus pais e irmão que tanto me ajudaram e me ajudam com meu príncipe (meu filho amado, Charly Emmanuel). Sem a ajuda de vocês não estaria finalizando meu Trabalho de Conclusão de Curso.

Ao meu orientador, o professor Doutor Evander e a professora Doutora Laura J. Amato, pela oportunidade de ter participado do PET e tê-la como minha tutora. Ambos foram tão importantes nesse processo de escrita e aprendizado, pois quando nos desafiamos a fazer o que parece impossível, somos surpreendidos pela força e limites que superamos a cada etapa que conseguimos realizar.

Agradeço a todas as pessoas que, de alguma forma, estiveram comigo nesse momento tão importante na minha vida. Deixo aqui minha imensa gratidão.

Outro dia eu li uma frase tão simples, mas que fez tanto sentido para mim:

“Só vive o propósito quem suporta o processo”

(Autor desconhecido, 2025).

Todo o aprendizado é um processo longo e que demanda um propósito a ser alcançado, o qual precisamos pensar em muitos detalhes para que isso ocorra da melhor forma possível, até mesmo a frustração é necessária para nossa própria superação pessoal e acadêmica.

Sempre quis falar sobre as pessoas negras e suas lutas e graças aos meus professores, eis uma parte, que mesmo que pequena, é para pensarmos como podemos contribuir para diminuir o racismo.

*Os nossos pais amam-nos porque somos
seus filhos, é um fato inalterável. Nos momentos
de sucesso, isso pode parecer irrelevante,
mas nas ocasiões de fracasso,
oferecem um consolo e uma segurança
que não se encontram em qualquer outro lugar.*

Bertrand Russell

RESUMO

Este estudo teve como objetivo investigar as trajetórias de docentes negras da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) de Foz do Iguaçu, a partir de suas histórias de vida, lutas cotidianas, agenciamentos, atuação política e protagonismos institucionais. A pesquisa buscou compreender, a partir de um estudo de caso, como o racismo estrutural e as questões de gênero se manifestam no contexto universitário, evidenciando os desafios enfrentados por essas mulheres na construção de suas carreiras acadêmicas. A análise foi fundamentada em referenciais teóricos de autoras negras, como Bell Hooks (1989), Lélia Gonzalez (2020) e Patrícia Hill Collins (2019), cujas contribuições permitem problematizar a invisibilização das experiências negras na universidade. A partir do diálogo com essas teorias, o estudo propôs uma reflexão crítica sobre as estruturas de exclusão presentes no ensino superior e reforçar a importância de registrar e valorizar as memórias e narrativas dessas docentes como forma de resistência e afirmação política. Ao estudar essas trajetórias e problematizar as violências estruturais e simbólicas, a pesquisa contribui para a construção de uma investigação da representatividade negra na sociedade.

Palavras-chave: Racismo; Universidade; mulheres negras; resistência.

RESUMEN

El objetivo de este estudio fue investigar las trayectorias de las profesoras negras de la Universidad Federal de Integración Latinoamericana (UNILA) de Foz do Iguazú, a partir de sus historias de vida, luchas cotidianas, acciones, actuación política y protagonismos institucionales. La investigación buscó comprender, a partir de un estudio de caso, cómo se manifiestan el racismo estructural y las cuestiones de género en el contexto universitario, poniendo de relieve los retos a los que se enfrentan estas mujeres en la construcción de sus carreras académicas. El análisis se basó en referencias teóricas de autoras negras, como Bell Hooks (1989), Lélia Gonzalez (2020) y Patrícia Hill Collins (2019), cuyas contribuciones permiten problematizar la invisibilización de las experiencias negras en la universidad. A partir del diálogo con estas teorías, el estudio propuso una reflexión crítica sobre las estructuras de exclusión presentes en la educación superior y reforzó la importancia de registrar y valorar las memorias y narrativas de estas profesoras como forma de resistencia y afirmación política. Al estudiar estas trayectorias y problematizar las violencias estructurales y simbólicas, la investigación contribuye a la construcción de una investigación sobre la representatividad negra en la sociedad.

Palabras clave: Racismo; Universidad; mujeres negras; resistencia.

ABSTRACT

This study aimed to investigate the trajectories of black female professors at the Federal University of Latin American Integration (UNILA) in Foz do Iguaçu, based on their life stories, daily struggles, agency, political activism, and institutional leadership. The research sought to understand, based on a case study, how structural racism and gender issues manifest themselves in the university context, highlighting the challenges faced by these women in building their academic careers. The analysis was based on theoretical references from black authors such as Bell Hooks (1989), Lélia Gonzalez (2020), and Patricia Hill Collins (2019), whose contributions allow us to problematize the invisibility of black experiences in the university. Based on the dialogue with these theories, the study proposed a critical reflection on the structures of exclusion present in higher education and reinforced the importance of recording and valuing the memories and narratives of these professors as a form of resistance and political affirmation. By studying these trajectories and problematizing structural and symbolic violence, the research contributes to the construction of an investigation of black representativeness in society.

Key words: Racism; University; Black Women; Resistance.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1	– Cartaz/banner da semana da consciência negra da Unila em 2012	46
Imagem 2	– Cartaz/banner de livros indicados em 2012	46
Imagem 3	– Cartaz/banner da semana da consciência negra da Unila em 2019	47
Imagem 4	– Cartaz/banner da semana da consciência negra da Unila 2020/2021	48
Imagem 5	– Cartaz/banner da semana da consciência negra da Unila em 2023	49
Imagem 6	– Cartaz/banner da semana da consciência negra da Unila em 2024	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ABPN	Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as
CDHAA	Coordenação de Direitos Humanos e Ações Afirmativas
CEAO	Centro de Estudos Afro-Orientais
CEBRAFRICA	Centro Brasileiro de Estudos Africanos
CESUL	Centro de Estudos Brasil-África do Sul
COEST	Coordenação de Políticas Estudantis
CONNEABS	Consórcio Nacional de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros
COPENE	Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as negros/as
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DEDS	Departamento de Educação e Desenvolvimento Social
ES	Educação Superior
FUNAG	Fundação Alexandre de Gusmão
IES	Instituições de Educação Superior
ILAACH	Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História
ILACVN	Instituto Latino-Americano de Ciências da Vida e da Natureza
ILAESP	Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política
ILATIT	Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território
IMEA	Instituto Mercosul de Estudos Avançados
NEABIS	Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas
NEALA	Núcleo de Estudos Afro Latino – Americanos e Caribenhos
NIADI	Núcleo de Inclusão, Acessibilidade e Diversidade
PET	Programa de Educação Tutorial
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PPGIELA	Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos
PROPAE	Pró-Reitoria das Políticas Afirmativas e Estudantis
SECAFE	Secretaria de Ações Afirmativas e Equidade
SEPIR	Seção de Promoção da Igualdade Racial
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNILA Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNILAB Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira
UNIPAMPA Universidade Federal dos Pampas

Sumário

1 INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES AFIRMATIVAS: UNILA E UNILAB UNIVERSIDADES INTERNACIONAIS	19
INTERNACIONALIZAÇÃO	19
POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS AÇÕES AFIRMATIVAS	23
A IMPORTÂNCIA DA UNILAB E UNILA PARA O BRASIL	26
CAPÍTULO 2. MOVIMENTO NEGRO NAS UNIVERSIDADES E A FORMAÇÃO DO NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-LATINO-AMERICANOS - NEALA NA UNILA	32
A FORMAÇÃO DO NEALA NA UNILA	39
O NEALA NAS REDES SOCIAIS: UMA ABORDAGEM DA CULTURA DIGITAL	45
CAPÍTULO 3. MULHERES NEGRAS NO ESPAÇO ACADÊMICO: EXPERIÊNCIAS E LUTAS COTIDIANAS	53
HISTÓRIA ORAL: MULHERES NEGRAS SUAS HISTÓRIAS OUVIDAS QUE FORAM ESCRITA	53
3.1 - FRAGMENTOS DAS ENTREVISTAS COM AS PROFESSORAS DOUTORAS ANGELA MARIA DE SOUSA E MARIA CERES PEREIRA: TRAJETÓRIAS, DESCOBERTAS E DIÁLOGOS COM OUTROS AUTORES	56
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS	75
ANEXOS	78

1 INTRODUÇÃO

Mesmo estando no século XXI, ainda vivenciamos um racismo estrutural ou institucional enraizado na sociedade contemporânea. Segundo Ferreira (2019), a sociedade brasileira foi construída sobre bases racistas: “*na construção da sociedade brasileira, o racismo é o cimento. Ele é o elemento que sustenta a estrutura social, política e econômica*”, sendo um fenômeno “*tão naturalizado que chega a constituir o funcionamento normal da sociedade*”. Já para Silvio de Almeida (2019), o racismo não é apenas estrutural, mas sim institucional, pois “*não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça* (Almeida, 2019).

Como mulher negra e latino-americana, já passei por muitas situações de racismo, como por exemplo, em estabelecimentos comerciais - na hora de fazer compras - ou até mesmo na hora de buscar um trabalho. Em uma escola onde trabalhei em Erechim (RS), fui questionada sobre “onde eu era natural” e falei que era da cidade mesmo. A pessoa ficou surpresa, porque raramente uma universitária negra era da cidade e sim de outros estados ou de outras cidades. Desse modo, acredito que trazer visibilidade a essa questão é demonstrar que queremos, sim, mudança na forma como somos vistas, independente de nossas crenças, escolaridade ou nível financeiro.

Algo que sempre me trouxe inquietude foi que, em todas as minhas fases escolares e acadêmicas, há uma ausência de pessoas negras como docentes, técnicos administrativos - ou até mesmo discentes: quanto maior o nível na hierarquia acadêmica ou profissional, menos se encontram mulheres ou homens negros nessas posições. Ao contrário disso, em lugares onde já trabalhei, mulheres negras estavam em posições de base, ou trabalhavam no setor de limpeza, numa luta cotidiana para garantir sua sobrevivência econômica ou a de seus familiares. Vejo a luta da minha própria família, em que a maioria das pessoas tem apenas o ensino médio, pois não viram vantagem ou condições para prosseguir com seus estudos: uns por serem responsáveis pelo sustento de suas famílias, outros por não conseguirem arcar com o valor da mensalidade em universidades privadas, ou até mesmo, por uma incompatibilidade com horários de aulas. Apesar desses desafios, alguns conseguiram se formar em diferentes áreas do ensino superior. A luta deles para chegarem onde estão foi grande e de extrema importância para mim, para que eu não desistisse de ser uma futura antropóloga.

Podemos observar que a invisibilidade das pessoas negras nas universidades públicas não faz nenhum jus ao que já foi conquistado ao longo de muitos anos. E que as suas histórias e memórias precisam, sim, ser contadas. O contexto de dificuldades em ter uma formação no ensino superior, marcado pela permanência de estruturas de exclusão social e racismo estrutural, motivam os objetivos principais dessa pesquisa, que visa investigar as trajetórias das docentes negras da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), em Foz do Iguaçu, a partir das suas histórias e lutas cotidianas.

Segundo Meneghel e Amaral (2016), a criação da UNILA e da UNILAB (Universidade da Integração da Lusofonia Afro-brasileira) se inserem num contexto maior, marcado por novos diálogos e aproximações com a América Latina e o Caribe, inseridos no Sul Global, e também em um momento no qual se destacam os debates acerca da implementação de ações afirmativas:

Dentre os programas que implementam essas políticas ressaltamos o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni); o Universidade para Todos (Prouni); a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). Estes, apesar de polêmicos, significaram uma intervenção significativa e decisiva do governo brasileiro (Pereira; Silva, 2010).

Meneguel e Amaral (2016) destacam que “o tema da internacionalização também recebeu atenção do governo brasileiro, embora envolvendo medidas orientadas por perspectivas distintas. “De outro, foram criadas a UNILA e a UNILAB (Universidade da Integração da Lusofonia Afro-brasileira) com o objetivo de efetivar a cooperação Sul-Sul com responsabilidade científica, cultural, social e ambiental. A legislação destas instituições prevê que seu corpo acadêmico (discentes e docentes) seja constituído por até metade de indivíduos oriundos dos países parceiros, representando a intenção brasileira de aprofundar relações com o hemisfério Sul por meio da educação superior¹. E em ambas existe previsão de apoio para moradia e alimentação, bem como são disponibilizadas bolsas de estudos. Essas ações fazem com que mais estudantes ingressem no ensino superior e consigam finalizá-lo, pois assim podem dedicar mais tempo para estudar, e não precisar escolher entre estudar e trabalhar ao mesmo tempo.

¹ É importante mencionar que ambas abrem 50% de vagas para nacionais e internacionais, mas na prática, no caso da UNILA, a proporção é de aproximadamente 70% de brasileiros e 30% de alunos internacionais. Já docentes são 80% brasileiros e 20% internacionais.

Desse modo, a presente pesquisa parte dessa inquietação inicial – a invisibilização de pessoas negras no ensino superior, observando a necessidade de uma investigação crítica das experiências, memórias e histórias das docentes negras da UNILA.

Compreender como o racismo estrutural interfere na vida de 56% da população negra de um país como o Brasil, dos quais 35% são mulheres negras e pardas (IBGE, 2022 apud Rocha, 2023) é algo um tanto desafiador. Então, nesta pesquisa optou-se pela análise de um contexto local – a UNILA – devido à facilidade de acesso às informações, em especial por meio de entrevistas com as mulheres negras que fazem parte da instituição. Ainda que seja possível identificar a presença de mulheres negras em todos os setores da universidade, para esta pesquisa, nos concentramos nas trajetórias e agenciamentos de docentes da UNILA, em especial pela sua permanência em períodos maiores de tempo na instituição – se comparado, por exemplo, com discentes ou profissionais de empresas terceirizadas, cuja atuação na instituição tende a ser em tempo limitado.

Em busca de informações ou dados sobre mulheres negras nas universidades públicas do Sul do país, encontramos poucas informações, um indicativo da ausência de investigações sobre o tema e, por extensão, dos contextos de invisibilização das mulheres negras em contextos de ensino superior no Brasil. Em uma universidade como a UNILA, voltada para a integração latino-americana e caribenha, há uma demanda por um aprofundamento nos debates acerca do racismo e das relações de gênero, o que reforça a pertinência deste estudo. A forma como somos vistos em toda América Latina ainda nos choca, despertando a necessidade de suscitar o debate acerca da permanência de estruturas de marginalização e invisibilização. Segundo Tatsch (2020), em muitos lugares da América-Latina ainda não há leis rígidas ou que sejam seguidas com firmeza.

Enquanto na Costa Rica o racismo ainda é, legalmente, apenas uma contravenção, países como Uruguai, Venezuela e México debatem o reconhecimento da discriminação e o Chile, o aumento da inclusão. No Brasil, segundo o filósofo e professor Renato Nogueira, da UFRJ, o debate é mais antigo e consolidado, graças ao movimento negro e a grande parcela de afrodescendentes na população. Por isso, diz ele, a discussão já gira em torno de ações afirmativas e reparação:

— A reparação só vem com políticas públicas. Ações afirmativas, como as cotas, são políticas de inclusão, uma forma inteligível de enfrentamento ao racismo (Tatsch, 2020).

Na UNILA, dentre as ações afirmativas implementadas desde a sua criação, destacamos o Núcleo de Estudos Afro Latino - Americanos e Caribenhos (NEALA), pois foi um dos principais núcleos da universidade a levantar a pauta em discussão com os setores institucionais responsáveis. Segundo o relatório “Acesso e Permanência no Ensino Superior: um retrato da ação afirmativa na UNILA” (Oliveira, 2019), com dados levantados pela universidade na ocasião, alguns dos setores conseguiram abranger os grupos menos favorecidos sócio e economicamente, por conta de racismo e muitos outros fatores sociais que os mesmos vivenciam ou vivenciaram antes de entrar na universidade. Em sua maioria, são alunos de periferias ou bairros mais carentes que conseguiram entrar na universidade com um esforço enorme, o que justificaria o investimento em bolsas de extensão, pesquisa e educação destinadas a esses grupos.

Numa universidade como a UNILA, eventos envolvendo a comunidade negra não tem visibilidade da comunidade acadêmica como um todo, apenas de seus pares. Pois, ao olhar dessa comunidade, trata-se de um “assunto resolvido”, isto é, se já estamos aqui não precisa ser feita nenhuma conversa ou debate. Em nosso entendimento, a falta de debate contribui para o aumento do racismo nas universidades federais, razão pela qual precisamos continuar com nossos confrontos de forma intelectual e inteligente para demonstramos porque é importante a luta pela visibilidade de negros e negras na universidade.

Um fato de muita importância nas universidades e institutos públicos e privados é a criação dos NEABs (Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros), vinculados às Instituições de Ensino Superior do Brasil. Os NEABs tiveram um papel importante na atuação de docentes negras e negros, e suas origens estão relacionadas a um longo histórico de centros voltados aos estudos africanos e afro-brasileiros. Esse longo histórico tem início em 1959, com a criação do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) na Universidade Federal da Bahia (UFBA), (Unipampa, 2016). Segundo o histórico dos NEABs, a maior inserção de militantes afrodescendentes nas universidades possibilitou a aproximação desses profissionais no primeiro *Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as* (COPENE) e a criação da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), em 2000 (Unipampa, 2016).

O foco principal desta pesquisa são as mulheres negras latino-americanas docentes na UNILA partindo do princípio de que uma universidade de integração latino-americana precisa ter mais visibilidade sobre as relações entre o racismo e o gênero em nossa sociedade. Desse modo, a pesquisa visa compreender, a partir de um estudo de caso, os protagonismos e agenciamentos de mulheres negras em contextos marcados pelo preconceito de raça e gênero. Afinal de contas, na região Sul do Brasil, mesmo tendo tantas universidades federais e mesmo

fazendo fronteira com outros países, o racismo e a violência de gênero aumentam significativamente. Assim, ao estudar as trajetórias de mulheres negras no ensino superior, a pesquisa visa problematizar as violências estruturais e simbólicas, e assim contribuir para a construção de uma sociedade mais plural e democrática, por meio da investigação da representatividade negra na sociedade.

Para cumprir com o objetivo geral da pesquisa, pretende-se: a) conhecer, analisar e demonstrar as trajetórias das docentes negras da UNILA, suas histórias e lutas para estarem onde estão atualmente, a partir de seus agenciamentos e protagonismos cotidianos, bem como suas formas de atuação política e institucional; e b) compreender o racismo e sua intersecção com o gênero nesse contexto, fazendo uma análise com base nas discussões propostas por algumas autoras negras, a exemplo de Bell Hooks (1989), Lélia Gonzalez (2020) e Patrícia Hill Collins (2019). Através dessa análise podemos conversar com as teorias trazidas pelas autoras compreendendo assim como, na universidade, racismo e gênero são inviabilizados como um todo. Também será realizado um histórico de movimentos negros e políticas de ações afirmativas que tiveram grandes influências para a permanência de alunos negros e negras nas universidades federais, proporcionado pelo PNAES (Política Nacional de Assistência Estudantil).

A metodologia da pesquisa concentra-se na realização de entrevistas, inspiradas na História Oral (Alberti, 2005). O foco das entrevistas são as docentes mulheres negras na UNILA, para mapear seus espaços de atuação, formação acadêmica ou profissional, formas de sociabilidade acadêmica e redes de colaboração. Através da história oral, buscamos compreender como a persistência dessas mulheres negras tem feito diferença na vida de muitas discentes negras e pardas da universidade. Serão feitas duas entrevistas com as docentes presencialmente.

As entrevistas serão baseadas em um questionário elaborado com questões pertinentes às suas trajetórias, suas histórias e lutas para estarem onde estão atualmente, a partir de seus agenciamentos e protagonismos cotidianos, bem como suas formas de atuação política e institucional. Além disso, serão levantados dados sobre as docentes, tais como informações sobre a trajetória acadêmica e trabalhos publicados.

Este trabalho tem como principais referências teóricas os trabalhos de Hooks (1989), Gonzalez (2020) e Collins (2019). Bell Hooks (autora de *Teoria Feminista*) destaca a importância de autoras negras e seu protagonismo tanto no meio acadêmico como na sociedade, onde se evidencia majoritariamente o feminismo articulado por mulheres brancas que não conversam os mesmos temas observados por mulheres negras.

Lélia Gonzalez (autora de *Por um Feminismo afro-latino-americano*), ao enfatizar as relações entre o racismo e o sexismo (gênero), evidencia como mulheres negras não têm

visibilidade como intelectuais na sociedade brasileira ou latino-americana. Patrícia Collins (autora de *Pensamento feminista negro*) ao discutir a invisibilidade das mulheres negras, nos faz compreender que nossas antepassadas não tiveram oportunidade de ter sua voz ouvida na sociedade e passaram por diversas dificuldades. Cada uma dessas autoras traz conceitos e teorias que serão analisados e discutidos na pesquisa.

Esta pesquisa está estruturada em três capítulos principais. No primeiro capítulo, trata da criação da UNILA e da UNILAB a partir das políticas públicas de ações afirmativas. Neste capítulo, que incorpora uma perspectiva comparativa, analisa-se quais políticas públicas de ações afirmativas possibilitaram a criação da UNILA e da UNILAB, bem como sua proposta de internacionalização voltada para a integração com países da América Latina e da África. Também se discute a importância da ampliação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), direcionado exclusivamente a estudantes da educação superior pública federal, como estratégia de permanência e inclusão.

No segundo capítulo trata-se sobre a criação dos NEABIs no Brasil e a formação do NEALA na UNILA, discute-se os contextos que levaram à criação dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs) no Brasil, destacando, nessa conjuntura, a fundação do NEALA na UNILA. Busca-se evidenciar a importância desse núcleo para a comunidade negra universitária, ressaltando seu papel na promoção de ações afirmativas e na valorização das identidades negras e indígenas no ambiente acadêmico.

Por fim, no terceiro capítulo, busca-se fazer a análise das entrevistas e textos à luz de bases teóricas pertinentes aos contextos históricos. Este capítulo apresenta a análise das entrevistas realizadas com docentes, articulando os dados empíricos com os textos e autoras que fundamentam a pesquisa. A relevância dessas interlocutoras deve ser evidenciada ao longo da análise, mesmo que, em determinados momentos, outros autores e autoras sejam mobilizados para ampliar a contextualização.

CAPÍTULO 1 - POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES AFIRMATIVAS: UNILA E UNILAB UNIVERSIDADES INTERNACIONAIS

INTERNACIONALIZAÇÃO

A UNILA e a UNILAB (Universidade da Integração da Lusofonia Afro-brasileira) iniciaram suas atividades em 2010. A ideia teve início em 2008, através da Lei 12.189 da Presidência da República.

A UNILA terá como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no Mercado Comum do Sul - MERCOSUL (BRASIL,2010) apud (Ribeiro, 2015, p.64).

A UNILAB foi fundada em 20 de julho de 2010, o então presidente da República sancionou a lei 12.289, instituindo - a como Universidade Pública Federal. A partir daí;

[...] abriram-se as portas para essa nova empreitada universitária com um caráter mundial, na qual a UNILA e a UNILAB, representam passo importante na internacionalização do ensino superior assumida pelo governo brasileiro, principalmente na articulação com seus vizinhos latinos e com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs) (Ribeiro, 2015, p.64).

Os principais objetivos dessas universidades consistem em se tornarem instituições científicas, culturais, sociais e ambientais de cooperação solidária em perspectiva intercultural, interdisciplinar e críticas. Nasceram no contexto da internacionalização solidária da educação superior e da política de cooperação Sul-Sul. A UNILA e a UNILAB nasceram baseadas nos princípios de cooperação solidária internacional entre os países da América Latina e Caribe, e os que compõem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), com o objetivo de oferecer cursos de nível superior que atendam as necessidades dessas nações. As propostas de ambas são bem ousadas, tornarem-se Universidades de Cooperação Internacional, e em pouco tempo, oferecer ensino de qualidade em diversas áreas do conhecimento. (Ribeiro, 2015, p.64).

Segundo Ribeiro (2015), todo esse desenvolvimento na educação superior vem da hipótese da valorização na metade do século XX onde ocorre uma disputa por poder pelo advento da terceira Revolução Industrial.

Mesmo com tantos interesses políticos e econômicos ligados ao ensino superior, e suas possibilidades de criação, para atender a nova conjuntura pós-Segunda Guerra Mundial, o ensino universitário, conseguiu manter sua autonomia em relação aos demais ramos educacionais. Graças às suas idiossincrasias, e suas relações de poder próprio, mas que não se encontra dissociado do contexto político mundial ou nacional (Ribeiro, 2015, p.65).

Essa internacionalização tem algumas interferências tanto mundial quanto nacional. Segundo Altbach (2009) apud Ribeiro (2015):

Las instituciones académicas son internacionales. Están relacionadas más allá de las fronteras por una tradición histórica común. También se conectan a partir de una red de conocimientos internacional, que comunica las investigaciones en todo el mundo (...). La universidad es, más que ninguna otra institución, internacional por naturaleza. Las universidades de más alto nivel y sus académicos y científicos están directamente incluidas dentro de la red internacional. Los que están en la periferia, en cambio, pueden no estar incluidos directamente, pero de todos modos resultan afectados por ellas. En un mundo en el cual las relaciones internacionales en el comercio, la ciencia y la tecnología se consideran fundamentales para la 'competitividad', el papel internacional de la academia es aún más important (Altbach, 2009, p. p.253 - 254, apud Ribeiro,2015).

Tanto a UNILA quanto a UNILAB fundamentam-se nos princípios da Declaração de Bolonha². No contexto brasileiro, essa referência está associada às diretrizes do Mercosul. Enquanto, no século passado, as disputas entre Brasil, Argentina e África do Sul no Atlântico Sul eram predominantemente de natureza militar, atualmente essas disputas concentram-se no campo do conhecimento e da cooperação acadêmica.

Essas universidades, ditas temáticas, simbolizam os rumos da política educacional brasileira, nesse início de século XXI, integrando um projeto de cooperação denominado Sul-Sul, por parte do governo brasileiro, com grandes interesses na zona do Atlântico Sul. Essa

² **Declaração de Bolonha** marcou uma mudança em relação às políticas ligadas ao ensino superior dos países europeus e estabeleceu em comum um Espaço Europeu de Ensino Superior a partir do comprometimento dos países signatários em promover reformas de seus sistemas de ensino.

área já foi palco de disputas entre Brasil, Argentina e África do Sul, principalmente entre os anos de 1960 a 1980, em um contexto geopolítico militar e que atualmente, pode ser palco de disputas no caráter do conhecimento, onde nesse aspecto o Brasil encontra-se na frente (Ribeiro, 2015, p.67).

Para Ribeiro (2015), a proposta de internacionalização do ensino superior, a partir de universidades como UNILA e UNILAB, apresentam um grande desafio, pois, segundo o autor, essas universidades não têm um conhecimento global, não tem um espelho como os demais países que vem seus discentes e docentes.

Ribeiro (2015) nos esclarece o porquê da localização da UNILA e UNILAB:

A UNILA localizada em Foz do Iguaçu foi apadrinhada pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e sua localização no extremo oeste do Estado, possui explicação graças a Tríplice Fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai. Já a UNILAB localizada em Redenção no Estado do Ceará, e apadrinhada pela Universidade Federal do Ceará (UFC), utiliza como explicação, a abolição da escravidão nessa cidade, sendo uma área estratégica de contato com a África, via oceano Atlântico. Dessa forma, as fronteiras Sul e Nordeste, aparecem como áreas importantes em um contexto geopolítico, mas carregadas de simbolismos, que são marcas presentes nessas universidades (Ribeiro, 2015, p.68).

A internacionalização dessas universidades gerou alguns debates e algumas considerações, sobre como mantê-la de forma coerente, sem tornar seus discentes simples mercadorias ou mãos de obras, apenas. Considerando os mesmos pensadores e profissionais como seres humanos com direito de expressar suas ideias e projetos, em tornar seus países ou cidades lugares melhores para viver.

Segundo Leite e Genro (2012), a educação superior no século XXI ganhou uma “nova epistemologia” à medida que o movimento das reformas dos sistemas de educação superior latinoamericanos (chamadas ‘reformas dos anos 90’), levou as Instituições de Educação Superior a (IES) a redesenharem seu perfil em direção aos mercados, desenvolvendo modalidades de capitalismo acadêmico. Esta epistemologia, que sustenta as razões pelas quais as Universidades devem trilhar “caminhos globais e internacionais”, estabelece um novo conjunto de referenciais quanto à qualidade dos sistemas de educação superior e das próprias IES (Leite e Genro 2012 ,apud Meneghel e Amaral, 2016).

Observa-se que Meneghel e Amaral (2016) concordam com Ribeiro (2015) em relação à hipótese de a internacionalização ser um embasamento econômico.

Diante disso em 2003, na 'Conferência Paris+5' da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), já era visível o predomínio da visão de ES como comércio que, ao invés de validar a concepção de 'bem público', com qualidade e pertinência socialmente referenciadas, considera em seu Informe Final a ES como insumo econômico e 'bem público global'. Assim, há uma mudança de concepção em que: "El desplazamiento de lo nacional y regional hacia lo global tiene como consecuencia el fortalecimiento de hegemonías que existen de facto (Guarga, 2004:11, apud Meneghel e Amaral, 2016).

Mas as mesmas autoras destacam que a Conferência Regional de Educação Superior para América Latina e Caribe (CRES), realizada em junho de 2008 em Cartagena de Índias por convocatória do Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e Caribe (IESALC/UNESCO), reafirmou a necessidade da Educação Superior (ES) da região se comprometerem com os desafios do desenvolvimento social e econômico sustentável dos países, da pesquisa estratégica, da educação para todos e para toda a vida e da integração regional, precisando para isso transformações profundas em sua estrutura e organização. Nessa linha, dentre os cinco eixos do "Plano de Ação" da "Declaração da CRES 2008" estava o "Fomento da integração solidária e da internacionalização da ES na América Latina e Caribe" (Meneghel e Amaral, 2016).

Ainda no contexto de internacionalização, compreendida como capacidade das Instituições de Educação Superior (IES) do continente desenvolverem atividades acadêmicas em parceria com IES de outros países (em particular do primeiro mundo), aparece como um "diferencial" de qualidade. Morosini (2006:116), com base em Bartell (2003), indica quais elementos tendem a ser considerados indicadores de internacionalização em uma IES: presença de estrangeiros e estudantes-convênio (mobilidade); número e magnitude de concessões de financiamento internacional; projetos de pesquisa ativos em cooperação internacional (implica em organização da pesquisa em redes); imersão internacional no currículo; dentre outras. Além destes, podem ser incluídos certificados de acreditação internacional, seja de cursos ou da própria IES (Meneghel e Amaral, 2016).

POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS AÇÕES AFIRMATIVAS

No contexto histórico as universidades brasileiras atendiam apenas uma pequena parcela da população. Muitas pessoas não tinham acesso à educação nas universidades. Com o passar do tempo, a política pública começou a reproduzir as elites nacionais. Mas com o decorrer do tempo vem acontecendo as mudanças de formas pontuais nas políticas e programas estatais “objetivando promover o acesso e a inclusão de jovens, adultos, homens e mulheres oriundos de segmentos sociais excluídos da educação superior (Meneghel e Amaral, 2016).”

O Plano Nacional de Educação (PNE) elaborou compromissos que contribuiriam para a criação de políticas de permanência nas universidades públicas do Brasil. Ele foi “largamente debatido e apontado como estratégicos pela sociedade na Conferência Nacional de Educação (CONAE 2010), os quais foram aprimorados na interação com o Congresso Nacional (MEC,2014)”.

Com isso, “há metas estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade, que dizem respeito ao acesso, à universalização da alfabetização e à ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais (MEC, 2014)”.

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

Meta 2: universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

Meta 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.

Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio.

Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três

inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Meta 10: oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Meta 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público (MEC,2014).

Esse seria o primeiro grupo de metas para a educação básica e o ensino médio.

“Um segundo grupo de metas diz respeito especificamente à redução das desigualdades e à valorização da diversidade, caminhos imprescindíveis para a equidade (MEC,2014).”

Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Meta 8: elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (MEC,2014).

“A política pública deve fortalecer sistemas educacionais inclusivos em todas as etapas, viabilizando acesso pleno à educação básica obrigatória e gratuita. A juventude (jovens e jovens adultos, conforme o Estatuto da Juventude) do campo, das regiões mais pobres e a negra devem ganhar centralidade nas medidas voltadas à elevação da escolaridade, de forma a equalizar os anos de estudo em relação aos demais recortes populacionais (MEC,2014).” Observa-se que essas metas em muitos estados brasileiros não saem do papel pois ao invés de diminuir a evasão escolar ou universitária só aumenta.

“Um terceiro bloco de metas trata da valorização dos profissionais da educação, considerada estratégica para que as metas anteriores sejam atingidas (MEC,2014)”. Mas a procura de jovens que terminam o ensino médio, são em áreas ou cursos superiores que são considerados de prestígio.

Meta 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Meta 17: valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

Meta 18: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal (MEC,2014).

“Um quarto grupo de metas refere-se ao ensino superior, que, em geral, é de responsabilidade dos governos federal e estaduais. Seus sistemas abrigam a maior parte das instituições que atuam nesse nível educacional, mas isso não significa descompromisso dos municípios. É no ensino superior que tanto os professores da educação básica quanto os demais profissionais que atuarão no município são formados, contribuindo para a geração de renda e desenvolvimento socioeconômico local (MEC,2014).”

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Meta 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores (MEC,2014).

O Brasil tem um déficit muito grande quando pensamos em todas as etapas da educação, o PNE é trabalhado para que esse déficit seja suprido, mas nem sempre ou quase nunca seu objetivo é alcançado com sucesso. E onde a educação consegue ter uma visibilidade maior acaba tendo cortes significativos no decorrer do tempo, tornando a luta pelos nossos direitos muitas vezes sem sentido, ou sem valorização para tal investimento.

A IMPORTÂNCIA DA UNILAB E UNILA PARA O BRASIL

Observa-se a importância de ambas universidades para o Brasil, vamos começar pela UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira). As atividades administrativas e acadêmicas da Unilab se concentram nos Estados brasileiros do Ceará e da Bahia. No Ceará, a universidade conta com unidades nos municípios de Redenção e Acarape. Na Bahia, a Unilab está presente no município de São Francisco do Conde (Oliveira, 2025).

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação da República Federativa do Brasil, com sede na cidade de Redenção, estado do Ceará. Foi criada pela Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, e instalada em 25 de maio de 2011. De acordo com a legislação, a Unilab tem como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional (Oliveira, 2025).

Segundo informações encontradas no site da universidade ela optou por, “ao longo de dois anos (2010 e 2011), desenvolver uma série de atividades relacionadas ao planejamento institucional, a organização da estrutura acadêmica e curricular e a administração de pessoal, patrimônio, orçamento e finanças, etc.” Observamos que esse momento foi de extrema importância para a universidade, pois uma instituição com contexto internacional precisa estar preparada para todos os momentos de diversidades que poderiam vir acontecer no decorrer do seu funcionamento (Oliveira, 2025).

A relevância da UNILAB se dá por sua conquista ao longo dos anos principalmente o Campus dos Malês;

Ao longo dos 11 anos, foram desenvolvidas cerca de 300 pesquisas pelo Instituto de Humanidades e Letras do Malês (IHLM) e, de acordo com a Pró-Reitoria de Extensão, Arte e Cultura, foram realizados 310 projetos, programas, cursos e eventos no campo da Extensão, sendo 18 deles ainda vigentes em 2025.

Neste início de novo ciclo, representantes da comunidade acadêmica e da gestão da Unilab lembram da importância, dos impactos e dos marcos do campus dos Malês, e, também, celebram a existência desse espaço, que recebe estudantes brasileiros, dos Palops – Países africanos de língua oficial portuguesa – e Timor-Leste, no Recôncavo Baiano (Narita, 2025)

Desta forma, a UNILAB nasce baseada nos princípios de cooperação solidária entre os povos. Em comum acordo com os países parceiros, tornou realidade a criação de uma universidade no Brasil alinhada à integração com o continente africano, principalmente com as nações que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), (Oliveira, 2025).

[...] portanto, para a cooperação internacional e comprometida com a interculturalidade, a cidadania e a democracia nas sociedades, a Unilab fundamenta suas ações no intercâmbio acadêmico e solidário com **Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.** (Oliveira, 2025, grifos nossos).

A UNILAB tem suas ações afirmativas voltadas para os estudantes da instituição, “incluindo a Pró-Reitoria das Políticas Afirmativas e Estudantis (PROPAE) que atua na busca pela consecução dos objetivos traçados para a Políticas Afirmativas e Estudantis, auxiliando a Reitoria em suas tarefas administrativas e contribuindo para atingir os objetivos estratégicos da UNILAB. As atividades desta Pró-Reitoria são desenvolvidas através de suas duas coordenações (Coordenação de Políticas Estudantis – COEST e Coordenação de Direitos Humanos e Ações Afirmativas – CDHAA), dos respectivos núcleos, seções e setores dessas coordenações; e de suas duas divisões (Divisão de Assistência à Saúde do Estudante – DIASE e Divisão de Alimentação e Nutrição – DAN). Além dessas estruturas, a PROPAE, quando solicitada, apoia a Diretoria do Campus dos Malês na gestão dos assuntos estudantis deste Campus (OLIVEIRA, 2025).”

Observa-se que a CDHAA tem ações ativas na UNILAB e segundo informações encontradas ela atua em, “deliberar sobre os assuntos relacionados aos direitos humanos e às ações afirmativas, como apregoa a legislação, propondo e assegurando políticas e ações que salvagam o respeito às diversidades e às diferenças no âmbito da Unilab. Além disso, auxilia na construção de uma política de respeito às diferenças, primando pela convivência harmoniosa e respeitosa entre os

indivíduos, dirimindo as exclusões e as formas de desigualdades de gênero, sexualidade, classe e raça. Ainda cabe à CDHAA planejar programas de inclusão acadêmica (Oliveira, 2025).”

Ainda segundo Oliveira (2025), a CDHAA é composta por uma Seção de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR),

[...] é direcionada aos procedimentos de heteroidentificação realizados pela Comissão de Verificação e Validação da Autodeclaração – CVVA, ao combate ao racismo e às discriminações, à elaboração de projetos e atividades de promoção da igualdade racial no âmbito da Unilab, bem como para contribuir nas ações que visem um acompanhamento qualificado de discentes negros, indígenas, quilombolas e ciganos (Oliveira, 2025).

E pelo Núcleo de Inclusão, Acessibilidade e Diversidade (NIADI),

[...] é direcionado para desenvolvimento de um ambiente universitário inclusivo, com ações efetivas que possibilitem a progressão acadêmica de estudantes com deficiência e/ou dificuldade de aprendizagem matriculados na Universidade, além de acompanhar e desenvolver ações para contribuir com a adaptação acadêmica dos estudantes que declararem algum tipo de deficiência. Além disso, responsável pelo acompanhamento das questões de diversidade no âmbito da Unilab (Oliveira, 2025).

Ao contrário da UNILAB, a UNILA teve sua estruturação iniciada em 2007 pela Comissão de Implantação, com a proposta de criação do Instituto Mercosul de Estudos Avançados (IMEA), em convênio com a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Itaipu Binacional. Em 12 de dezembro de 2007, o então presidente da República apresentou ao Congresso Nacional o projeto de lei que, posteriormente, criou a UNILA. O projeto foi aprovado por unanimidade em todas as comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em 12 de janeiro de 2010, a Lei nº 12.189 foi sancionada, instituindo a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação, com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná (UNILA, 2025).

A comissão de Implantação foi instituída no ano de 2008 pelo Sesu/Mec;

[...] foi atribuída a missão de “realizar estudos e atividades para o planejamento institucional, a organização da estrutura acadêmica e curricular e a administração de pessoal, patrimônio, orçamento e finanças, visando atender os objetivos do Projeto de Lei”, contando “com o apoio de especialistas, escolhidos por sua competência no âmbito latino-americano e

internacional” e buscando “atuar em rede com as universidades brasileiras, em intercâmbio com as instituições universitárias dos demais países da América Latina e organismos de integração regional (UNILA, 2025).”

Segundo os dados levantados no portal da universidade, foram onze reuniões, “da Comissão foi um Projeto de Lei propondo a criação da UNILA, uma universidade com vocação internacional, que contribuiria para a integração latino-americana, com ênfase no Mercosul, por meio do conhecimento humanístico, científico e tecnológico, e da cooperação solidária entre as instituições de ensino superior, organismos governamentais e internacionais (UNILA, 2025).”

Outro diferencial da UNILA é o livro intitulado *A UNILA em construção: Um projeto universitário para a América Latina*, publicado em 2009 pelo Instituto Mercosul de Estudos Avançados (IMEA). A obra apresenta toda a trajetória das reuniões e o processo de implantação estrutural da universidade, destacando as instituições envolvidas na concepção de uma universidade federal na região de tríplice fronteira.

Segundo o livro;

“a vocação da Unila é de ser uma universidade cuja missão será a de contribuir para a integração latino-americana, com ênfase no Mercosul, por meio do conhecimento humanístico, científico e tecnológico e da cooperação solidária entre as universidades, organismos governamentais e internacionais. A Unila será estruturada com uma organização administrativa inovadora e com uma concepção acadêmico-científica aberta aos avanços científicos, humanísticos e culturais atuais e futuros. Comprometida com o destino das sociedades latino-americanas, cujas raízes estão referenciadas na herança da Reforma de Córdoba (1918), está voltada para o futuro visando contribuir, por meio do papel estratégico do conhecimento compartilhado na construção de sociedades sustentáveis no século XXI, fundadas na identidade latino-americana em sua diversidade cultural e orientação para o desenvolvimento, com justiça social e sustentabilidade socioambiental (IMEA,2009).”

Foto da primeira aula inaugural da UNILA



Foto: Caio Coronel/Itaipu Binacional

No seu momento inicial de criação, a UNILA contou com 200 alunos provenientes do Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina, oferecendo seis cursos de graduação. Atualmente, a universidade é composta por quatro institutos: Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História (ILAACH); Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política (ILAESP); Instituto Latino-Americano de Ciências da Vida e da Natureza (ILACVN); e Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território (ILATIT) (UNILA, 2025).

Ao longo de seus 15 anos de existência, a UNILA ampliou sua oferta para 29 cursos de graduação e diversos programas de pós-graduação. Diante dessa estrutura robusta, torna-se pertinente questionar a ausência ou a baixa representatividade de docentes negras na universidade. E se a universidade ou os cursos têm seguido as cotas em seus concursos

Algo que nos fica claro é a importância do Instituto MERCOSUL de Estudos Avançados (IMEA) para a UNILA, podemos dizer que é o braço direito da universidade.

É um órgão suplementar que fomenta a pluralidade de ideias e o estímulo à reflexão sobre a integração regional, através do conhecimento compartilhado, nas áreas das Ciências Naturais, Engenharias, Humanidades, Letras, Artes, Ciências Sociais e Aplicadas (IMEA,2025).

O IMEA contribui para a visibilização da universidade, nas questões latino-americanas, pois nem sempre a universidade consegue suprir essas necessidades, por conta da demanda que se tem no seu dia a dia.

O IMEA-UNILA procura interagir com outros órgãos suplementares da Reitoria, tal como na constituição do centro de documentação da Biblioteca Latino-Americana

para a difusão de materiais das atividades e da produção científica desenvolvidas no Instituto, ou ainda, pelo apoio à efetiva constituição da Editora da UNILA como selo de qualidade, que abarque obras de relevância intelectual para o público universitário e de cunho educacional para a sociedade latino-americana (IMEA,2025).

Os departamentos criados na universidade têm o propósito de apoiar tanto a instituição quanto seus discentes. Um exemplo é a Secretaria de Ações Afirmativas e Equidade (SECAFE). A SECAFE foi instituída a partir de um grupo de trabalho composto por membros da comunidade universitária, responsáveis por elaborar a Política de Ações Afirmativas da UNILA (Resolução CONSUN nº 08/23). Para executar esta política, no dia 25 de agosto de 2023 o Conselho Universitário aprovou a criação da SECAFE (Resolução CONSUN n. 18/23) (SECAFE, 2025).

A SECAFE é um espaço para o fortalecimento das políticas de acesso e de permanência qualificada, com foco nas diversidades de gênero, étnico-raciais, de orientação sexual, de pessoas economicamente empobrecidas, de populações do campo, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, entre outros públicos prioritários no âmbito da universidade. (SECAFE, 2025).

A criação da SECAFE tem uma contribuição de extrema importância dentro da UNILA, sendo uma ferramenta que agrega valor para vários setores de ações afirmativas, uma delas é o NEALA pois fortalece as atividades desenvolvidas em conjunto.

Observamos, a partir dos dados analisados, que ambas as universidades desempenham papéis fundamentais para o Brasil e para as regiões onde estão localizadas. Elas promovem desenvolvimento educacional e econômico, gerando empregos e dinamizando a economia local e das cidades vizinhas. Além disso, contribuem para o enriquecimento cultural e o planejamento regional. Entretanto, permanece o questionamento sobre o impacto da diversidade populacional trazida por pessoas de diferentes países: será que o racismo e o preconceito diminuem ou aumentam nesses contextos? Como transformar essas dinâmicas de forma positiva para a sociedade? São perguntas importantes que, muitas vezes, ainda carecem de respostas definitivas.

CAPÍTULO 2. MOVIMENTO NEGRO NAS UNIVERSIDADES E A FORMAÇÃO DO NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-LATINO-AMERICANOS - NEALA NA UNILA

Um fato de muita importância, e ainda pouco analisado no meio acadêmico como um todo, diz respeito à formação dos NEABs (Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros) no Brasil e sua contribuição no decorrer dos anos. Conforme mencionado anteriormente, o surgimento dos NEABs está relacionado a um longo histórico, associado à formação de centros de estudos africanos e afro-brasileiros, principalmente entre as décadas de 1950 e 1960. Desse modo, “a história dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), vinculados às Instituições de Ensino Superior do Brasil, tem início em 1959, com a criação do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) na Universidade Federal da Bahia (UFBA), (Unipampa, 2016).” Essa instituição ganhou forma em um momento marcado por aproximações políticas e diplomáticas com países africanos, em processo de independência, e também estava relacionado à uma tradição, que remonta às primeiras décadas do século XX, de estudos sobre as culturas negras na Bahia.

A formação dos NEABs também tem uma relação com a atuação política e inserção de pesquisadoras e pesquisadores negros nas universidades, principalmente a partir das décadas de 1970 e 1980, momento em que o Movimento Negro no Brasil buscava denunciar as falácias do “mito da democracia racial” mobilizado pelo governo autoritário vigente durante a ditadura. Além disso, a criação dos NEABs/NEABIs a partir do início dos anos 2000 está diretamente relacionado às mudanças nas políticas educacionais, principalmente pela implementação da obrigatoriedade do ensino história e cultura africana, afro-brasileira e indígena somada às políticas de ações afirmativas, como a implementação das cotas raciais.

Conforme o histórico dos NEABs, “a maior inserção de militantes afrodescendentes nas universidades possibilitou a aproximação desses profissionais no primeiro “Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as (COPENE)” e a criação da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), em 2000.”

No decorrer dos anos, os NEABs passaram a incluir estudos indígenas denominando-se NEABIs (Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas). Essa ação vem impulsionando a aplicação das Leis Federais 10.639/2003 e 11.645/2008 que incluem as culturas afro-brasileiras e indígenas no Ensino brasileiro. Esses NEABIs produzem conhecimentos no âmbito do Ensino, da Pesquisa e da Extensão sobre África, diáspora africana, afro-brasileiros e indígenas, além de manterem diálogos permanentes com Black Studies das Américas, África e outros continentes (Unipampa, 2016).

Algo que os movimentos negros fazem alguns séculos e décadas: lutar para que toda a sociedade seja beneficiada com suas conquistas, e uma delas é a possibilidade de alunos de renda de salário mínimo ter uma garantia de ingressar e permanecer nas universidades públicas, até sua colação de grau. Dentre as diversas ações promovidas pelas universidades nas últimas décadas, e que respondem às reivindicações dos movimentos sociais, estão as bolsas de permanência, pesquisa, ensino e extensão, possibilitando que os discentes possam conciliar com seus estudos. Um deles é o Movimento Negro Unificado (MNU), que surgiu com intuito de lutar contra a discriminação racial.

O Movimento Negro Unificado (MNU) é uma organização pioneira na luta do Povo Negro no Brasil. Fundada no dia 18 de junho de 1978, é lançada publicamente no dia 7 de julho, deste mesmo ano, em evento nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo em pleno regime militar. O ato representou um marco referencial histórico na luta contra a discriminação racial no país (Barbosa, 2010).

Segundo Leitão e Silva (2017), os Movimentos Negros aproveitaram a redemocratização e institucionalização da sociedade civil para engajar em diversas áreas políticas onde trouxeram suas reivindicações. Para muitos autores isso não era visto com “bons olhos” pois deveria ser algo que os políticos chegariam ao consenso de certas demandas. O MNU teve sua participação de forma efetiva nesse momento importante para a sociedade negra fazendo mudanças significativas e que mais tarde contribuiria muito para os negros.

Com a criação do Movimento e seu lançamento público, mudamos a forma de enfrentar o racismo e a discriminação racial no país. Já no dia 7 de julho, participaram entidades do estado do Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa das Culturas Negras – IPCN, Centro de Estudos Brasil África – CEBA, Escola de Samba Quilombos, Renascença Clube, Núcleo Negro Socialista, Olorum Baba Min, Sociedade de Intercâmbio Brasil África – SINBA.

Cinco entidades da Bahia nos enviaram moções de apoio à manifestação.

Prisioneiros da Casa de Detenção do Carandiru, enviaram um documento se integrando ao movimento, denunciando as condições desumanas em que viviam os presos e o racismo do sistema judiciário e do sistema prisional – Centro de Luta Netos de Zumbi.

Participaram do Ato, também, Lélia Gonzales e o professor Abdias do Nascimento (Barbosa, 2010).

Com as mudanças políticas que aconteceram no país, nos anos de 1978 a 1982, uma das principais mudanças seria a criação de novos partidos políticos, deixando de serem apenas bipartidos. E com essa criação muitas questões sociais (direito a uma vida digna, à saúde e diversos

fatores que negros não podiam acessar na época) entraram em pauta e com isso o movimento negro foi buscando espaço para fazer a diferença nessa reorganização política. A partir daí surgiu até uma frente de ação política ou ações políticas Santos (2001), ao realizar um levantamento da presença da questão racial nos novos partidos políticos. O autor constata que em praticamente todos os partidos a questão racial era mencionada e defendida. Todavia, é nos partidos que têm origem na oposição ao Regime Civil-Militar que o Movimento Negro obteve maiores espaços de participação política. Entre 1979 e 1980, um conjunto de parlamentares negros criou uma organização política denominada Frente Negra de Ação Política de Oposição (FRENAPO). A FRENAPO, como aponta Santos:

“inovava a atuação política dos negros pelo caráter declaradamente oposicionista de seus membros e pelas pessoas envolvidas que, na sua maioria, haviam tido experiência parlamentar que buscavam a ação do Movimento Negro integrada aos partidos políticos. Não tinham ainda uma política definida ou mesmo uma ideologia, pois no grupo havia comunistas, socialistas, democratas cristãos, que entendiam que o fundamental era articular os interesses ligados à comunidade negra, para encaminhar as demandas aos tomadores de decisões políticas (Santos, 2001, p. 89).”

Além disso, a criação dos NEABs/NEABIs a partir do início dos anos 2000 está diretamente relacionado às mudanças nas políticas educacionais, principalmente pela CRIAÇÃO DAS LEIS 10.639/03 E 11.6455/08, QUE INSTITUEM A obrigatoriedade do ensino de história africana/história e cultura afro-brasileira, e história indígena, somada às políticas de ações afirmativas, como a implementação das cotas raciais, LEI 12711/2012.

Essa luta vem de docentes que atuaram ou tem ligações com os Movimentos Negros, vale ressaltar, ainda , que essa iniciativa do Movimento Negro de criação dos NEABs se concretiza num período no qual as reivindicações pela adoção de ações afirmativas no tocante ao combate ao racismo, preconceito, discriminação e desigualdades raciais se faziam presentes como uma das pautas de debate em eventos (Siss; Barreto; Oliveira 2013, p.10), entre eles, a “Marcha do Zumbi dos Palmares contra o Racismo pela Igualdade e pela Vida” realizada no ano de 1995 em Brasília- DF. Nesse evento, a partir de robusta articulação, discutiram - as disparidades em diversas dimensões entre brancos e negros no Brasil com objetivo de sanar tais desigualdades, por meio da adoção de modalidades de ações afirmativas como política de Estado (Siss; Bareto; Oliveira 2013; Negreiros, 2013, p.07). Entre os diversos desdobramentos desse evento, podemos elencar a constituição do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI) (Ferreira e Coelho, 2019).

E a partir daí observamos o vasto crescimento dos Movimentos Negros. A Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação, em um dos seus artigos de 2020, fornece algumas informações sobre o quantitativo de NEABIS, dos Centros de Estudos Africanos e dos Museus Afros. Há quatro anos, “foram identificadas por meio de mapeamentos as principais unidades de informações especializadas, dentro do contexto brasileiro que preservam por meio de diversas tipologias de coleções e contribuem para conservação e fortalecimento da memória, história, cultura e identidade dos africanos e afro-brasileiros, como segue: Centros de Estudos Africanos: 6, Núcleos de Estudos Afro-brasileiros: 139 e Museus afros: 36, entre instituições públicas e privadas”(Lima, Carvalho e Almeida, 2020). A busca por dados concretos que evidenciem o protagonismo negro é de extrema importância, especialmente diante da escassa divulgação desses espaços e da limitada produção de estudos sobre os povos afrodescendentes. Essa valorização é fundamental para que as futuras gerações reconheçam que seus antepassados participaram ativamente da construção da história do país. A seguir, serão discutidos alguns exemplos que ilustram esse protagonismo.

Mencionamos, por exemplo, o Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) é o único no Sul do Brasil, “tem suas origens no Centro de Estudos Brasil-África do Sul (CESUL), um programa estabelecido em 2005 por intermédio de um convênio entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. O fundador do CESUL/CEBRAFRICA é o Prof. Dr. Paulo Fagundes Visentini, que coordenou até 2015(CEBRAFRICA, 2025).” O mesmo desenvolve suas atividades de pesquisas em conjunto com:

Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT), ambos vinculados ao Centro de Estudos Internacionais sobre o Governo (CEGOV), localizado no Instituto Latino Americano de Estudos Avançados (ILEA) da UFRGS. Os objetivos do Centro são realizar pesquisas, apoiar a elaboração de teses, dissertações e trabalhos de conclusão, congregar grupos de pesquisa em temas africanos, realizar seminários, promover intercâmbio de professores e estudantes e estabelecer redes de pesquisa e projetos conjuntos com instituições africanas e africanistas, publicar obras produzidas no Brasil ou traduzidas e ampliar a biblioteca especializada fornecida pela FUNAG (CEBRAFRICA, 2025).

A CEBRAFRICA é uma instituição estritamente acadêmica e independente, não possui nenhum vínculo com Universidades públicas brasileiras, também sem nenhum vínculo governamental ou fundações estrangeiras.

As pesquisas têm por objetivo o conhecimento do continente africano e de suas relações com o Brasil, nas seguintes áreas: Relações Internacionais, Organizações

de Integração, Segurança e Defesa, Sistemas Políticos, História, Geografia, Desenvolvimento Econômico, Estruturas Sociais e sua Transformação e Correntes de Pensamento (CEBRAFRICA, 2025).

O Centro tem uma abrangente gama de pesquisadores da UFRGS, de instituições nacionais e internacionais, bem como estudantes de graduação e pós-graduação que desenvolvem suas pesquisas nessas temáticas. O CEBRAFRICA publica a Série Africana e a **Revista Brasileira de Estudos Africanos**. São parceiros do CEBRAFRICA conceituadas instituições do Brasil, Argentina, Cuba, México, Canadá, África do Sul, Angola, Moçambique, Senegal, Cabo Verde, Egito, Nigéria, Marrocos, Portugal, Reino Unido, Holanda, Suécia, Rússia, Índia e China (CEBRAFRICA, 2025).

Um aspecto que chama atenção é a escassez de informações disponíveis sobre os NEABIs nos sites institucionais das universidades, tanto estaduais quanto federais. Em sua maioria, essas páginas limitam-se a apresentar uma definição básica dos núcleos e a mencionar a legislação que os fundamenta, sem oferecer dados mais detalhados sobre suas atividades, composição ou impacto acadêmico e social (Esse é um dado para se pensar se esses núcleos estão recebendo apoio institucional. Muitas vezes, as pessoas membros dos núcleos estão sobrecarregadas e, elas mesmas, não conseguem deixar atualizadas essas informações, que demandam bastante tempo e trabalho). A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) é uma das poucas que traz informações no site da universidade, o Departamento de Educação e Desenvolvimento Social (DEDS), o qual tem todos os núcleos da Universidade, organizado em sua página.

Na página da universidade, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e Africanos (NEAB/UFRGS) informa que, dentre seus objetivos, visa produzir, difundir e promover ações de ensino, extensão e pesquisa, por meio da articulação com diferentes instâncias da Universidade e instâncias externas que tenham interesse em questões relativas à história e cultura afro-brasileira, indígena e africana (UFRGS, DEDS, 2025).

Nas ações que o NEAB/UFRGS tem articulado, são: “*Arte Negra na Escola*”, “*Educação Antirracista no Cotidiano Escolar e Acadêmico*”, “*Semana da África na UFRGS*”, “*Arte Kaingang na Escola*”, “*Conversações Afirmativas*”, “*Da Margem ao Centro*” e “*Escola de Extensão*”. Observa-se que as ações desenvolvidas pelos NEABIs são direcionadas tanto à comunidade interna quanto à comunidade externa, o que representa um aspecto relevante. Essa abrangência contribui para ampliar o alcance das iniciativas, permitindo que diferentes públicos reconheçam a importância e os impactos dessas ações dentro e fora do ambiente universitário.

Uma das ações que se destaca é a “*Semana da África na UFRGS*”. Trata-se de uma ação de extensão do Departamento de Educação e Desenvolvimento Social (DEDS) da Pró-Reitoria de Extensão que nasce em 2013 a partir da demanda de um grupo de estudantes

africanos que buscavam um espaço para difundir informações e conhecimentos sobre o continente africano, bem como para fomentar a integração destes e refletir sobre suas condições como discentes. Desde então, a cada Semana, esses objetivos se renovam por meio da definição de um tema, que serve como orientação para a composição das mesas, oficinas e atividades culturais apresentadas. A participação direta de africanos(as) atuantes na esfera acadêmica, cultural e social, desde as reuniões de planejamento até a execução, a condução do evento é condição essencial para que a Semana aconteça. Desde 2013 a **Semana da África na UFRGS** ocorre durante a semana do dia 25 de maio — data instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o **Dia Internacional da África** (UFRGS, DEDES, 2025).

Em sua primeira edição o título foi **“25 de maio – 50 anos do Dia Internacional da África”**.

A primeira edição da Semana da África na UFRGS aconteceu na semana do dia 25 de maio, pois essa é a data do cinquentenário da Organização da União Africana, posteriormente instituída pela Organização das Nações Unidas como Dia Internacional da África. O evento foi criado em decorrência da proposta de estudantes africanos do Programa de Estudantes Convênio (PEC) em articulação com o DEDES. A programação foi composta por Ciclo de Cinema e Pensamento Africano, Painéis e Espaço na Rádio da Universidade. As temáticas Pensamento Africano, Arte e Cultura e Cooperação Internacional UFRGS/África foram amplamente discutidas com o público de professores e estudantes de educação básica, comunidade acadêmica, ativistas de movimentos sociais e representantes de outras Instituições de Ensino Superior (IES). Foram importantes mediadores nesse espaço de discussão estudantes PEC, mestrandos e doutorandos em diferentes Unidades Acadêmicas, além de docentes da UFRGS (UFRGS, DEDES, 2025).

Assim como ocorre com os NEABIs, os museus localizados na região Sul do Brasil também apresentam escassez de informações disponíveis ao público. Dentre eles, o único que oferece dados mais acessíveis e detalhados é o Museu Treze de maio, vinculado à Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio, localizado em Porto Alegre.

Fundada em 13 de maio de 1903 por negros ferroviários e para negros, tendo em vista a discriminação racial existente na cidade e a proibição aos negros de frequentar as sociedades de brancos. Além disso, teve a intenção de celebrar a abolição da escravidão ocorrida oficialmente quinze anos antes da fundação da Sociedade (Museu Treze maio, 2025).

Observa-se que, antes de se tornar um museu, o espaço funcionava como uma sociedade voltada para a população negra. Tais clubes associativos surgiram principalmente no contexto pós-abolição, nas primeiras décadas do século XX, e surgiram como espaços importantes de organização social, resistência e afirmação das identidades negras em um contexto marcado pela exclusão e discriminação racial. Esses clubes e associações foram fundados por lideranças negras que buscavam criar redes de apoio mútuo, promover espaços culturais (principalmente em um contexto de segregação) e lutar por direitos civis e sociais negados pelo Estado e pela sociedade dominante. Além de funcionarem como locais de sociabilidade, esses clubes e associações desenvolveram atividades educacionais, culturais e políticas, contribuindo para a construção de uma consciência coletiva e o fortalecimento da comunidade negra em meio às adversidades do pós-abolição.

A Sociedade chegou a integrar um número de oitocentos associados e, na década de 1960 eles construíram, em regime de mutirão, um novo espaço, mais amplo para atender a demanda do público que ampliava a cada dia (Museu Treze maio, 2025).

Com as transformações nas relações interétnicas ao longo do tempo, observou-se uma maior circulação entre espaços antes marcados pela segregação: pessoas brancas passaram a frequentar a Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio, enquanto pessoas negras passaram a ter acesso a clubes anteriormente exclusivos para brancos. Esse processo contribuiu para o esvaziamento da Sociedade, à medida que alguns de seus sócios a abandonaram. Outro fator que influenciou esse declínio foi o surgimento de novas associações com infraestrutura mais ampla e atrativa, o que levou, a partir da década de 1980, a um processo de desestruturação e abandono da instituição (Museu Treze de maio, 2025). Ainda que a Sociedade tenha sido reconhecida como de utilidade pública em 1974, foi somente em 2001 que se constituiu formalmente o Museu Treze de maio;

...como uma estratégia para “salvaguardar” o patrimônio da Sociedade Cultural Ferroviária 13 de Maio, dando um sentido útil para a comunidade interessada e, partindo desta idéia, vislumbrar políticas públicas que dessem conta de sua preservação. Nesse sentido, o prédio que abriga o Museu foi tombado como patrimônio cultural municipal em dezembro de 2004 – Lei Nº. 4809/04 e em 21 de dezembro desse mesmo ano o Governo do Estado sancionou a Lei nº 12.183, que “declarou como bem integrante do Patrimônio Histórico e Cultural do Estado do RS, o edifício da antiga Sociedade Cultural Ferroviária 13 de Maio” (Museu Treze maio, 2025).

O Museu Treze de Maio participa de dois projetos: “Clubes Sociais Negros do Brasil e Uruguai: mapeamento, memória e patrimonialização dos espaços de resistência afrogaúchos e afrouruguaios.” e “Clubes Sociais Negros: Articulação Sul-Sul.” A patrimonialização de clubes negros acompanha um movimento mais recente, observável principalmente em capitais como Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba: a recuperação e valorização de lugares associados à histórias e memórias afrodescendentes, principalmente como lugares de memória da população negra no pós-abolição.

O Museu Treze de Maio está na gênese da construção e articulações do “Movimento Clubista”, composto por aproximadamente 100 Clubes Sociais Negros de todo país e organizou em novembro de 2006, com o apoio da SEPIR e poder público municipal, o 1º Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras. (Museu Treze Maio, 2025)

Observa - se que o Museu Treze de Maio se mantém ativo na sociedade, algumas universidades como a UFRGS e a UNIPAMPA tem uma parceria com o mesmo, em artigos acadêmicos, filmes e mídia. São muitas informações no site do museu, algo para ser estudado futuramente. Assim podemos concluir a importância de tantos meios de divulgação das culturas negras e afrodescendentes, seja através de museus, centros e sem deixar de citar os NEABIs. Onde tem o papel fundamental nessa discussão, tornando-se necessário cada vez mais.

A FORMAÇÃO DO NEALA NA UNILA

O Núcleo de Estudos Afro-Latino-Americanos (NEALA) teve início na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) em 2013. Por alguns anos foi liderado pela professora Angela Maria de Souza e pelo professor Waldemir Rosa. Atualmente (2024), é coordenado pela professora Angela Maria de Souza e pela professora Júlia Batista Alves. Conforme informações disponibilizadas no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq:

O NEALA realiza pesquisa sobre Relações Raciais, Mulheres Negras, Diáspora e Interseccionalidade. Atua a partir da indissociabilidade entre Pesquisa, Extensão e Ensino e com perspectiva interdisciplinar. Possui Projetos de Iniciação Científica, Curso de Extensão e Orientações na Graduação e Mestrado. (Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, 2023)

Conforme informações extraídas da Plataforma Lattes (2024), uma das fundadoras do NEALA, a professora Ângela Maria de Souza, possui doutorado (2009) e mestrado (1998) em Antropologia Social, graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (1994) e realizou estágio de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, na mesma Universidade. Além disso, foi Pró-Reitora de Extensão da UNILA - Universidade Federal da Integração Latino-Americana entre 2012 e 2017. Atua como docente da UNILA no curso de Antropologia e no curso de mestrado do PPGIELA - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino Americanos. Além de coordenar o NEALA, é associada da ABA - Associação Brasileira de Antropologia e da ABPN - Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as.

Adicionalmente, a professora Angela Maria de Souza tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia Afro-Brasileira e Antropologia Urbana, atuando principalmente em temas como movimento hip hop, rap, relações étnico-raciais, mulheres negras, diáspora, consumo, musica, ações afirmativas. Atua e coordena Projetos de Extensão na área de Educação das Relações Étnico-raciais com professores da rede pública de ensino para a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08. Esses temas de pesquisa ficam evidentes, também, nas suas publicações, especialmente em artigos, livros e capítulos de livros, nos quais tem discutido temáticas como o rap, o movimento hip hop e as experiências de mulheres negras. Dentre suas publicações, destaca-se a coletânea *Vozes Mulheres da Améfrica Ladina: Movimentos de Aquilombamento*, publicada em 2022, e organizado conjuntamente com a professora Julia Batista Alves e a professora Flavia Dorneles Ramos; a coletânea *O Movimento Hip Hop na América Latina desde as fronteiras sociopolíticas e culturais*, com Santana e Corrêa; a coletânea *Consumo e Cultura Material*, organizado com a professora Carmen Rial e Sandra Rubia da Silva; e o livro *A caminhada é longa e o chão tá liso!*, no qual discute o movimento Hip Hop em Florianópolis e Lisboa.

No primeiro momento, o professor Waldemir Rosa foi o vice - coordenador do NEALA (2013). O docente possui doutorado (2014) e mestrado em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2006), graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás (2001). Atualmente é professor de Antropologia, na sub-área Diáspora Africana na América Latina e Caribe, na Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA. Entre os seus temas de pesquisa, inclui-se a antropologia das relações raciais, políticas afro-reparatórias, epistemologias afro diaspóricas, antropologia da educação e das políticas públicas (Currículo Lattes, 2025).

Seus temas de pesquisas têm a participação de alunos da graduação e do mestrado. O único projeto de pesquisa ativo é o *Diáspora africana na América do Sul: Estado, identidades políticas e as formações nacionais: um estudo comparativo entre Brasil, Uruguai e Colômbia (segunda e terceira fases)*, que busca estudar a forma como os Estados nacionais da América do Sul incorporam a retórica da raça na constituição de legislações e polícias afro-reparatórias e como está incorporação incide sobre os processos de constituição das identidades políticas dos grupos negros e afro-latino-americanos e se tais grupos se utilizam do Estado para inscrever suas contras-narrativas no discurso oficial se contraponto a metáfora englobante e unificadora das nações (Currículo Lattes, 2025).

Algumas de suas publicações são voltadas para cultura, gênero, racismo e rap, sendo elas em periódicos, algumas com outros autores, *A nação como narrativa masculina: as construções nacionalistas do gênero e a fala das mulheres no rap brasileiro entre 1990 a 2005; Unila ao seu alcance: ações no contexto de pandemia da COVID-19; as narrativas hegemônicas como normativas excludentes: raça, gênero e sexualidade*. E muitos outros textos, o qual com certeza foram de suma importância para sua participação no NEALA (Currículo Lattes, 2025).

Atualmente a professora Júlia Batista Alves, faz parte e coordena o NEALA, juntamente com a professora Angela Maria de Souza. Segundo as informações extraídas do seu currículo Lattes, a docente é doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista (Unesp Araraquara, 2019), na área de Ensino e Aprendizagem de Línguas. Atualmente é docente na Universidade Federal da Integração Latino-americana (Unila) onde ingressou em 2016, atuando no curso de Licenciatura em Letras Espanhol e Português como língua estrangeira (LEPLE) e no ensino de Espanhol como Língua Adicional pelo Ciclo Comum de Estudos (CCE). Na UNILA, é membro do projeto de pesquisa "Mulheres Negras entre fronteira: Políticas Públicas e Espaços Sociais de Atuação", membro do Núcleo de Estudos Afro-Latino-Americanos (NEALA), linhas de pesquisa: Educação para as Relações Étnico-raciais e América Latina: Diáspora e Interseccionalidade (Cnpq). Além disso, é membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Linguagens e Educação (GEPL- UFMS), também cadastrado no CNPq. Concluiu o Mestrado em Ciências - Área: Integração da América Latina pelo Programa Interunidades Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (USP) em 2012. É especialista em Tradução-Espanhol a Nível de Especialização pela Universidade Estácio de Sá (2013) e possui Graduação em Letras (Português-Espanhol) pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP Assis, 2007). cursou o Magistério pelo Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM, 2003) e trabalhou como professora na

Educação Infantil, no Ensino Fundamental I, no Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Participa do Coletivo das Pretas de Foz. É associada à ABPN - Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as. Desenvolve trabalhos na área da Educação das Relações Étnico-raciais com ênfase na formação de professores e no ensino de línguas estrangeiras (Currículo Lattes, 2025). Também participou da organização do livro *Vozes mulheres da América ladina: movimentos de aquilombamento*, juntamente com a professora doutora Ângela Maria de Souza. No mesmo o capítulo titulado “*Una mujer en movimiento*”. E outras publicações na sua área de formação junto com alguns outros autores e outras como autora solo. Uma dessas publicações de artigos relacionados à temática racial na área de literatura - consultar a parte de publicações no lattes. Também trabalho com tradução para o espanhol de obras de intelectuais negras. recentemente, juntamente com o Laboratório de Tradução das Unila, traduzi uma obra de Sueli Carneiro (Escritos de Uma vida) e da Lélia Gonzalez (Por um Feminismo Afro-latino-americano) para o espanhol - consultar traduções no Lattes (Currículo Lattes, 2025).

O NEALA da UNILA faz parte de três redes de pesquisas: Associação Brasileira dos Pesquisadores Negros (ABPN), Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e Consórcio Nacional de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (CONNEABS) Cada uma das redes de pesquisa é voltada para linhas de pesquisas ou facilita as inserções das pesquisas. Sendo que isso só ocorre através de seus/suas participantes.

A ABPN, se destaca como um dos pilares no combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação racial no Brasil. Através de sua atuação em três frentes estratégicas: 1) Divulgação acadêmica: A ABPN impulsiona a produção e o compartilhamento de conhecimento científico sobre a temática racial. Isso se dá por meio da organização de eventos, da publicação de livros e revistas especializadas, e da promoção de debates e seminários. 2) Articulação social: A ABPN constrói pontes entre diferentes setores da sociedade, conectando pesquisadores/as, movimentos sociais, ONGs, órgãos governamentais e a comunidade em geral. Essa articulação é fundamental para fortalecer a luta antirracista e para garantir que as demandas da população negra sejam ouvidas e consideradas. 3) Formação de lideranças: A ABPN investe na formação de novas lideranças negras, capacitando jovens e adultos(as) para atuarem como agentes de transformação social. Através de cursos, oficinas e workshops. A ABPN se consolida como um agente fundamental na luta por uma sociedade mais justa e equânime. Através de sua atuação multifacetada, a ABPN contribui para a construção de um Brasil livre do racismo e da discriminação racial, onde todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades de desenvolvimento e de realização pessoal (ABPN, 2025).

Já a ABA é uma das mais antigas associações científicas na área no Brasil. Segundo seus registros históricos, o seu primeiro encontro foi em novembro de 1953, mas apenas 2 anos depois foi registrada como associação sendo assim esse completa ou completou 70 anos de existência.

Ocupando hoje um papel de destaque na condução de questões relacionadas às políticas públicas referentes à educação, à ação social e à defesa dos direitos humanos. No decorrer de sua história, ela tem sido voz atuante em defesa das minorias étnicas, dos discriminados e posicionando-se consistentemente contra a injustiça social. Sem ter uma linha político-partidária, sua voz inquieta a todos os que não respeitam os direitos humanos. Seu código de ética exige respeito às populações estudadas e obriga o pesquisador a deixar claros seus objetivos para os grupos e populações que são objeto de suas análises (ABA, 2025).

Em 2003, a associação comemorou os 50 anos da 1ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), realizada no Museu Nacional do Rio de Janeiro. Embora a ABA só tenha sido fundada por ocasião da 2ª RBA, em Salvador, em julho de 1955, uma reunião brasileira de Antropologia já estava sendo planejada desde o início do ano de 1948, quando o Ministro da Educação e Saúde designou, por meio de portaria datada de 20 de fevereiro daquele ano, uma comissão integrada por Álvaro Fróes da Fonseca, Edgard Roquette Pinto, Arthur Ramos e Heloisa Alberto Torres, para planejar o “Primeiro Congresso Brasileiro de Antropologia” (ABA, 2025).

A ideia de reunir diversos NEABs em uma mesma articulação já é uma realidade por meio do Consórcio Nacional de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (CONNEABS).

Essa rede tem se consolidado como um importante espaço de articulação e de promoção de amplos debates sobre as relações raciais no Brasil, fortalecendo o diálogo entre diferentes instituições e contribuindo para a produção e a disseminação do conhecimento voltado às questões étnico-raciais. A rede nacional de NEABs ou chamada Consórcio de NEABs e a ABPN sugeriram da mesma conjuntura histórica, a saber, a ampliação do número de acadêmicos e acadêmicas de origem africana, oriundos do Movimento Negro e que se qualificaram nas décadas de 1980 e 1990. Assim, como discutimos intensamente e várias propostas nesse âmbito foram dirigidas, no I Seminário Virtual da ABPN, nossas expectativas se ampliaram em relação a essa parceria e, de modo a divulgar as atividades desenvolvidas pelos NEABs de todo o Brasil, criamos esta página que é uma ampliação do Catálogo de NEABs e possibilidade de

disponibilizar mais informações e de modo mais dinâmico e facilitado.(CONNEABS- ABPN, 2025)

Observamos a relevância dessas redes pelos seus históricos e importância no meio acadêmico e mesmo social. Uma universidade de caráter internacional como a Unila tendo convênio com setores de pesquisas só engrandece de forma imensurável. Pois essas agências de pesquisas têm uma repercussão muito grande e chegam a lugares que as universidades, muitas vezes, não conseguem.

O NEALA da UNILA é composto por três linhas de pesquisa que agregam às suas atividades. A primeira linha de pesquisa se intitula “América Latina: Diáspora e Interseccionalidade”, e tem como principal objetivo “pesquisar sobre o contexto de diáspora afro-latino-americana a partir de uma perspectiva interseccional”. Suas áreas de conhecimentos são: Ciências Humanas, Antropologia e Antropologia Urbana. Com aplicação em atividades de apoio à educação.

A segunda linha de pesquisa se intitula “Educação das Relações Étnico-Raciais”, e tem como principal objetivo contribuir com a implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 através de curso de formação de professores e ações integradas junto às comunidades escolares na região oeste do Paraná, a partir do município de Foz do Iguaçu. Consubienciado em uma abordagem metodológica teórico-conceitual e troca de saberes empíricos, visa atender a uma demanda de educadores(as) no sentido de atuação e abordagem das questões étnico-raciais no contexto educacional. Suas áreas de conhecimentos são: Ciências Humanas, Antropologia e Antropologia das Populações Afro-Brasileiras.

A terceira linha de pesquisa se intitula “Mulheres Negras entre Fronteiras”, e tem como principal objetivo analisar as experiências de mulheres negras na região da fronteira (Argentina, Brasil e Paraguai), a partir da cidade de Foz do Iguaçu. A proposta surge de especificidades já verificadas no contexto local, através do desenvolvimento de pesquisa e extensão abordando as políticas públicas. A proposta é analisar os espaços de atuação de mulheres negras na fronteira, atentando para as relações que estabelecem com as políticas públicas para as populações negras/afrodescendentes. Suas áreas de conhecimentos são: Ciências Humanas, Antropologia e Antropologia das Populações Afro-Brasileiras.

Observa - se que as linhas de pesquisas do NEALA vêm ao encontro com a realidade da atualidade que vivemos, e a partir da qual suas diretoras de projetos trazem umas perspectivas baseadas em seus conhecimentos acadêmicos ou vividos. Também tem uma ligação direta com o campo da educação, principalmente na educação para as relações étnico-raciais. A importância do NEALA não se restringe ao âmbito universitário, estendendo-se também à

comunidade em que está inserido. O núcleo promove diálogos fundamentais para o enfrentamento do racismo, pautando suas ações em abordagens intelectualmente fundamentadas e amparadas pela legislação vigente, reafirmando o combate ao racismo como um dever institucional e um direito da população.

Um exemplo disso é a ação de Extensão que acontece anualmente, inclusive em formato remoto durante a pandemia: o curso de formação continuada de professores intitulado “Educação para as Relações Étnico-Raciais: à implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 no currículo escolar na região oeste do Paraná”, o mesmo tem como objetivo principal contribuir com a implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 através de curso de formação de professores e ações integradas junto às comunidades escolares na região oeste do Paraná, a partir do município de Foz do Iguaçu. O Curso está dividido em Módulos e é desenvolvido tendo como eixos articuladores: a) as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008; b) o tratamento conferido a questão étnico-racial no ambiente escolar; c) o desenvolvimento de uma cultura de respeito a diversidade étnico-racial, cultural, social e de gênero; e d) o estabelecimento de estratégias pedagógicas de erradicação do preconceito racial, do racismo e demais formas de discriminação.

Consubstanciado em uma abordagem metodológica teórico-conceitual e troca de saberes empíricos, o curso surge para atender a uma demanda de educadores(as) no sentido de atuação e abordagem das questões étnico-raciais no contexto educacional. Além disso, também se buscará no curso auxiliar na construção do Plano de Ação Pedagógica das escolas e colégios, que consiste na elaboração de um planejamento da educação para as relações étnico-raciais. Para tanto, busca instigar os professores a delinearem sua realidade de atuação educacional a fim de que possam construir um olhar crítico e atuante em seu contexto de trabalho (SIGAA,2020).

As fotografias que registram as atividades promovidas pelo núcleo retratam a participação de professores e discentes, tanto da universidade como da comunidade externa. Observa-se que a maioria das pessoas presentes nessas imagens é composta por pessoas negras, o que reforça o caráter representativo das ações desenvolvidas.

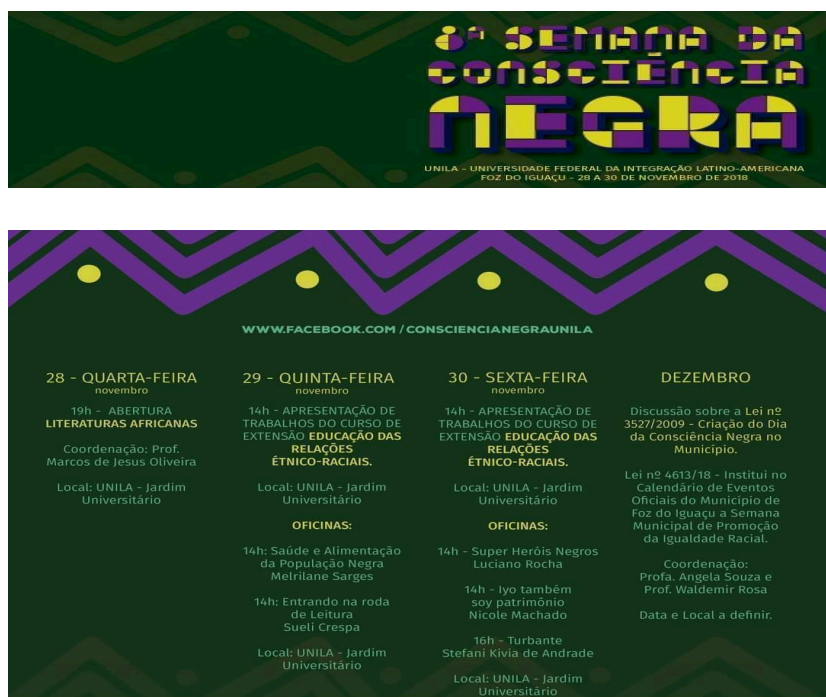
O NEALA NAS REDES SOCIAIS: UMA ABORDAGEM DA CULTURA DIGITAL

Outro ponto importante é a presença do NEALA nas redes sociais (Instagram e Facebook) divulgando alguns de seus trabalhos, principalmente no mês da Consciência Negra em

novembro. Observamos essa presença do NEALA nas redes sociais a partir do conceito de “cultura digital”. Segundo Ferraz (2019) a cultura digital tem um debate muito amplo, mas podemos utilizar pensamentos clássicos de outros autores, principalmente Geertz pois, ‘leva a constatar que no desenvolvimento da etnografia, existe a descoberta da complicação e do questionamento’ ‘sobre sinceridade/insinceridade; autenticidade/ hipocrisia e honestidade/auto ilusão’, o que faz da experiência do etnógrafo legitimada para ser transposta ao ambiente on-line. Ainda segundo o autor, o desempenho da Antropologia se reflete na consciência sobre a falta de equilíbrio entre a capacidade de diagnosticar problemas e resolvê-los, fato que gera forte angústia e tensão moral entre a pesquisa e o objeto. Tal fato não perde seu sentido, quando o problema pode ser percebido no campo digital (Ferraz, 2019, p. 51).

A observação e análise dos banners divulgados nas redes sociais do NEALA permitem compreender o principal objetivo visual adotado pelo núcleo. Esses materiais comunicacionais revelam estratégias de construção estética e simbólica que reforçam seu posicionamento político e pedagógico. Seguem alguns banners extraídos da página do NEALA no Facebook, especialmente aqueles relacionados ao Mês da Consciência Negra.

Imagem 1 - cartaz/banner da semana da consciência negra da Unila em 2012:



O NEALA mantém sua página na rede social Facebook desde 2012, um ano antes de sua oficialização formal. Destaca-se a estética dos banners publicados, que utilizam elementos da arte africana e cores vibrantes, valorizando a identidade cultural. As divulgações incluem a

programação da Semana da Consciência Negra, direcionada tanto à comunidade interna quanto à externa, e compreendem atividades culturais, também. Além de atividades fora realizada nos terreiros e quilombos - acho importante registrar que não são atividades acadêmicas, apenas.

Imagens 2 - cartaz/banner de livros indicados em 2012:



Outro aspecto que merece destaque são as indicações de obras de autores negros, afro-brasileiros e africanos, principalmente de autores nigerianos, como Chimamanda Adichie. Dessa forma, a rede social do NEALA configura-se como um importante espaço de divulgação e valorização da cultura africana e afrodescendente.

Imagens 3 - cartaz/banner da semana da consciência negra da Unila em 2019:



FUNDAÇÃO CULTURAL
5 DE NOVEMBRO - 18H30

NOVEMBRO NEGRO

Coral Afro Ilê Baru
Slam da Fronteira
Composição da Mesa

- Iyalorixá Marina Tunirê - Presidenta do CONPIR - Conselho de Promoção da Igualdade Racial; lutas e desafios
- Rosa Jeronymo - Secretária Extraordinária de Direitos Humanos e Relações com a Comunidade
- Angela Souza - UNILA - Universidade Federal da Integração Latino Americana

Apresentação das Entidades e Organizações do Movimento Negro
Nelson Figueira - Abertura da Exposição Fotográfica: Diáspora Negra entre Fronteiras

20 A 24.11
MOSTRA AMÉRICA
ATIVIDADES CULTURAIS
APRESENTAÇÕES
EXPOSIÇÃO FOTOGRAFICA
E MAIS.

UNILA | PROX

QUARTA	20.11	QUINTA	21.11
	18H30		TARDE
AULA PÚBLICA E 20 DE NOVEMBRO: CONSCIÊNCIA NEGRA CONSELHO DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DE FÓZ DO IGUAÇU		APRESENTAÇÃO DIAFONIA, INTERSECCIONALIDADE E FRONTEIRA	18H30
CORTEJO AFRO COM AFOXÉ E MARACATU		OFICINA NAS ESCOLAS	18H30
APRESENTAÇÃO AFOXÉ OGUN FUNMILAIYÓ		APRESENTAÇÃO SINA VISUELA CHARÁ - COLÔMBIA/ SOCIALIZAÇÃO DE LOS OFICIOS DE LA MEMORIA	18H30
LOCAL: FUNDAÇÃO CULTURAL		MEGA AÇÕES AFIRMATIVAS BANCAS DE INTERIDENTIFICAÇÃO PROF. GEORGINA HELENA LIMA RONES UNILA - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PONTA GROSSA	18H30
		LOCAL: UNILA 3.22	
SEXTA	22.11	SÁBADO	23.11
	MANHÃ E TARDE		TARDE
GRUPO ESCOLAR BANCAS DE INTERIDENTIFICAÇÃO	09H	APRESENTAÇÃO GRUPO TRADICIONAL SAN BALTAZAR DE KABRE BIA / PARAGUAY COM AFOXÉ OGUN FUNMILAIYÓ E MARACATU KABURE	18H30
APRESENTAÇÃO MULHERES NEGRAS EMPREENDEIÇAS SUAS ESCRITAS LATINAS NEGRAS OFICINAS NAS ESCOLAS	12H30	MEGA	18H30
MEGA	18H30	JUVENITUDE NEGRA BRASIL, COLÔMBIA, PARAGUAY MATA, REPÚBLICA DOMINICANA, HONDURAS, QUÊNIA BURUNDI, TUNÍSIA, JAMAICA	18H30
LOCAL: UNILA 3.22		DEFILE FERIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA DA VILA C	18H30
		DEFILE AFRO	17H

NOVEMBRO NEGRO

Dia 20/11
Horário: 18h
Praça da Paz

O Conselho Municipal da Promoção da Igualdade Racial (COMPIR) convida toda a comunidade para celebrar o Dia da Consciência Negra.

Estão previstas atividades a partir das 18h na Praça da Paz que prestigiam a cultura negra e contam a história do povo afrodescendente.

Apresentações:
Grupo Camboatã Capoeira
Coral Afro de Baru
Maracatu Alvorada Nova
Afoxé Ogún Fúmmlaiyó
Kaburé Maracatu
Discotecagem Afrolatina com Mano Zeu

Aula Pública com o professor Dr. Waldemir Rosa (UNILA)
Título: "20 de novembro: dia da Consciência Negra"
Horário: 18h30









No ano de 2019, observou-se não apenas a divulgação da Semana da Consciência Negra promovida pelo NEALA, mas também a participação do Instituto Federal, configurando uma parceria institucional baseada no respeito mútuo e na comunicação entre instituições federais. Também se ressalta o envolvimento de organizações e lideranças negras locais. No mesmo ano, a Prefeitura de Foz do Iguaçu realizou uma atividade voltada à Semana da Consciência Negra, ampliando o alcance das ações na comunidade local.

Imagens 4 - cartaz/banner da semana da consciência negra da Unila em 2020 e 2021:



Ano 2020: <https://www.facebook.com/ConscienciaNegraUnila?mibextid=ZbWKwL>

11ª SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA DE 17 A 20 DE NOVEMBRO

17.11 19h AULA: EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS COM PROFA. ANGELA SOUZA E PROF. WALDEMAR ROSA. PROJETO DE EXTENSÃO BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR - UNILA

18 E 19.11 NEALA - APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS (VÍDEOS) EGRESSAS(OS), ESTUDANTES DA UNILA (TCC, MESTRADO, EXTENSÃO E PESQUISA) E CONVIDADAS(OS). PÁGINAS DO FACEBOOK E DO YOUTUBE DO NEALA

ATIVIDADES DO PROJETO DE EXTENSÃO VOTES NEGROS FEMININAS DA AMÉRICA LADINA. ORGANIZAÇÃO: ANNA, BRATIZ, CRISTINO, CRICA, GALDINO E MEL FARIAS SARGES. CONTATO: NEALAZOISUNILA@GMAIL.COM

20.11 17h MESA DE DISCUSSÃO: MERIA REMEDIOS Y LA PUBLICACION AFROARGENTINA: UN KILOMBO PRESENTE Y VIGENTE CON MAS DE 200 AÑOS DE HISTORIA Y RESISTENCIAS. COM TIKA CÁMERA - UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES (UBA), UNIVERSIDAD NACIONAL DE LA PLATA (UNLP), CONSERVATORIO ASTOR PIATZOLLA

20.11 17h GEO-GRÁFICAS NEGRAS NA CIDADE DE BUENOS AIRES (SÉCULO XIX) COM DEBATE PEREIRA SILVA - NEFEN - GEO-USP UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. MEDIAÇÃO: PROFA. FLÁVIA DORNELES - UNILA

ATIVIDADES DO PROJETO DE EXTENSÃO VOTES NEGROS FEMININAS DA AMÉRICA LADINA. CONTATO: NEALAZOISUNILA@GMAIL.COM

Ano de 2021: <https://www.facebook.com/ConscienciaNegraUnila?mibextid=ZbWKwL>

Nos anos de 2020 e 2021 as atividades do NEALA foram de forma remota por conta da pandemia de COVID 19. Dessa forma, suas atividades foram feitas por videoconferência ou até mesmo vídeos enviados pelos participantes. Percebemos a importância da continuação das atividades do NEALA pois foram momentos muito difíceis para todos.

Imagens 5 - cartaz/banner da semana da consciência negra da Unila em 2023: Comemorativa

13ª SEMANADA CONSCIÊNCIA NEGRA DE 20 A 30 DE NOVEMBRO

10 ANOS! NEALA

Exposição fotográfica: "NADA SOBRE NÓS, SEM NOIS"

20 NOV
10h - Abertura da Exposição Fotográfica Virtual
12h30 - Visita ao Quilombo de Apepu (Participação ao dia da Consciência Negra da comunidade)

28 NOV
19h - Mesa: 20 anos da Lei 10.639/03 Com Profa. Jeruse Romão (Isa C03 - FJ)
Lançamento do Livro: Antonieta de Barros - Jeruse Romão

29 NOV
14h - Grupos de trabalho: "Educação para as Relações Étnico-Raciais" e "Ações Alternativas e Políticas Públicas: Inteseccionalidade: Diáspora, Gênero e Fronteiras"
18h - Xirê a Zumbi Centro da Juventude (CEJU) Local: Zeppelin Old Bar

30 NOV
14h - Grupos de Trabalho: "Movimentos artístico-culturais e o combate ao racismo e todas as formas de discriminação" e "Culturas Indígenas, Africanas e suas perspectivas epistemológicas"
16h - Encontro com a Profa. Clemlida Santiago Neto (Diretora de Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais da Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoas Idosas) Local: Horto de Dona Laide - Vila C.

UNILA PROEX
CEJU
10 ANOS! NEALA

Para informações: [QR Code]



Ano de 2023: <https://www.facebook.com/ConscienciaNegraUnila?mibextid=ZbWKwL>

Como observamos, muitos eventos são realizados com parcerias da comunidade externa da universidade, pessoas preocupadas em falar da história do povo negro. Também buscam demonstrar o que acontece no meio acadêmico, como jovens intelectuais negros(as) falam de temas abrangente no seu dia a dia. Trazendo também escritores africanos que, geralmente, são poucos conhecidos por muitos de nós. Em 2023 o NEALA completou 10 anos na UNILA foi uma comemoração de resistência e existência em um lugar onde poucos que não são negros prestigiam. Dentre as atividades realizadas, destaca-se a visita ao quilombo Apepu, para conhecer sua organização interna e funcionamento, bem como a comunidade comemora o dia da consciência negra.

Em sua 14ª edição da semana da Consciência Negra o NEALA tem uma articulação com a SECAFE, o evento ocorreu de 20 a 22 de novembro de 2024, “com atividades na Comunidade Quilombola Apepu e nos campi Integração e Jardim Universitário (Portal da UNILA,2024)”.

20 de novembro

Atividades da Comunidade Quilombola Apepu
8h30: Boas-vindas no Portal da Trilha, Abertura
9h30: Caminhada (opcional)
12h: Almoço no Barracão da Comunidade (valor a definir)
14h: Visita à futura Casa da Memória Rafaela Correia com as docentes Ângela Souza e Patrícia Pinheiro e a discente Ester Ferreira
 Local: Quilombo Apepu

21 de novembro

14h: Reunião COMPIR - Conselho de Promoção da Igualdade Racial e demais participantes
 Mediação: Docente Waldemir Rosa e discente Cristiane Galdino
 Local: Campus Integração - Sala A11

15h30: Reunião: Marcha das Mulheres Negras 2025
 Mediação: Docente Angela Souza e discente Walkenia Mendes
 Local: Campus Integração - Sala A11

17h30: Mostra Audiovisual Afro-Indígena
 Organização: Discentes Kiara Silva, João Marcos Oliveira, Francisco Rodrigues de Lima, Eduardo Carmona Lucamba e Ana Beatriz Vieira Rocha
 Local: Campus Integração - Sala A11

19h: Roda de discussão - "Autoetnografia: Metodologia ou estratégia?"
 Docente Jurandir de Souza
 Local: Campus Integração - Sala A11

22 de novembro

14h: "Escrevivências: Mulheres Negras e Indígenas"
 Convidada: Docente Maria Andréia dos Santos Soares (UNILAB)
 Mediadora: Docente Júlia Alves
 Local: Jd Universitário - Sala C104

A 14ª Semana da Consciência Negra também faz parte do novembro da Consciência Negra (Portal da UNILA,2024).

Algo que nos chama atenção é a participação efetiva institucional que nas edições anteriores não víamos ou até mesmo nem divulgação ocorria no portal de notícias da universidade de forma detalhada. Também encontramos uma reportagem trazendo um debate que a universidade como a UNILA precisa ter como pauta principal “*UNILA inicia construção de sua política institucional antirracista*”.

"Construindo uma UNILA antirracista", tema do novembro da Consciência Negra, além de guiar atividades que chamam a atenção para o combate ao racismo traz em seu objetivo também o início da construção de uma política institucional antirracista (Portal da UNILA,2024).

Como falamos anteriormente a pauta de uma política institucional antirracista se faz extremamente necessária.

A partir deste ano, a Semana passa a integrar a programação dos meses de novembro voltados ao debate de questões relativas à igualdade racial e ao combate ao racismo, organizadas pelo NEALA e a Secretaria de Ações Afirmativas e Equidade (SECAFE). Com a SECAFE, diz

Angela, espera-se ampliar esses debates para que a UNILA seja “de fato, uma universidade antirracista”.

A política antirracista da UNILA começa a ser construída a partir dos eventos deste mês e com a criação da Comissão Permanente de Acesso e Permanência para Pessoas Negras e Quilombolas (CAPNQ) – nome ainda provisório –, que inclui integrantes do NEALA, outros docentes e servidores técnico-administrativos. O próximo passo é propor uma minuta do documento, com discussões com a Comissão e comunidade acadêmica, principalmente, coletivos negros. Posteriormente, a minuta será disponibilizada para consulta pública. A intenção é apresentar a política antirracista da UNILA ao CONSUN, no primeiro trimestre do próximo ano (Portal da UNILA, 2024).

Podemos assim considerar um passo importante para a UNILA trazer visibilidade em suas políticas institucionais, pois trabalhar em todos os setores sobre o antirracismo é de vital importância para uma universidade como a UNILA por ter sua integração latino-americana e caribenha.

Imagens 6 - cartaz/banner da semana da consciência negra da Unila em 2024:



Observamos a grande importância dos NEABIs de uma forma geral nas universidades, tanto pública quanto privada, pois elas trazem uma contribuição significativa para comunidade interna e externa, abrindo espaço para gerar debates construtivos referente à discriminação de gênero e ao racismo enfrentado por pessoas negras e indígenas. Um dos pontos principais dos NEABIs. Já o NEALA da UNILA tem um leque mais abrangente sobre esse espaço, ele tem um grande papel de promover/realizar o debate envolvendo países Latinos Americanos e o Caribe. Isso faz com que os debates sobre a discriminação de gênero e étnico racial tenham um alcance muito maior que apenas o Brasil. Mas longe de estar acabada essa discussão, pois é apenas o seu começo. Quando realmente chegaremos aos projetos de leis ideais ou leis que realmente funcionem iremos investir nas suas aplicações como um todo.

Também destaco a importância de trazer que as redes sociais poderiam permitir maior visibilização da produção de pesquisadores/as do NEALA, porém temos uma dificuldade de bolsista que possa se dedicar exclusivamente a essa atuação, bem como a dificuldade técnica para a criação do site do NEALA, que está em tentativa, mas sem muito sucesso. As imagens, bem como seu conteúdo, precisam de uma análise mais detalhada.

CAPÍTULO 3. MULHERES NEGRAS NO ESPAÇO ACADÊMICO: EXPERIÊNCIAS E LUTAS COTIDIANAS

A realidade do Brasil e América Latina como um todo demonstra a luta da população negra para se destacar em qualquer atividade ou até mesmo para ter uma vida razoavelmente digna (salário, trabalho e saúde) com seus familiares. Outro ponto é que grande parte dessa população negra é composta por mulheres, muitas delas são mães solteiras, e em sua grande maioria trabalhadoras, buscando melhorar a vida dos seus filhos e até mesmo a sua ou a dos seus pais (ou quem muito lhe ajudou).

HISTÓRIA ORAL: MULHERES NEGRAS SUAS HISTÓRIAS OUVIDAS QUE FORAM ESCRITA

Em busca de compreender como essa sociedade de mulheres negras se organiza no meio onde estão inseridas, ou fazem parte como um todo, foram entrevistadas duas docentes negras da UNILA. O intuito é compreender como elas lutam diariamente para suas vozes serem ouvidas, onde o racismo está estruturado. Para Almeida (2019) o racismo “não é apenas estrutural, mas sim institucional pois não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como resultado do funcionamento das instituições, que passam atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça (Almeida, 2019)”.

Além disso, essas entrevistas foram pensadas enquanto parte dos contextos políticos, sociais e culturais marcados por lutas e resistências cotidianas de mulheres amefricanas, categoria pensada por Lélia Gonzalez:” Ontem como hoje, amefricanos oriundos dos mais diferentes países têm desempenhado um papel crucial na elaboração dessa amefricanidade que identifica na diáspora uma experiência histórica comum que exige ser devidamente conhecida e cuidadosamente pesquisada” (Gonzalez, 2020, p. 123).

A metodologia da pesquisa concentra-se na realização de entrevistas, inspiradas na História Oral (Alberti, 2005).

“A história oral pode ser empregada em diversas disciplinas das ciências humanas e tem relação estreita com categorias como biografia, tradição oral, memória, linguagem falada, métodos qualitativos etc”.

A autora afirma que a História Oral se move em um terreno multidisciplinar e por isso não pertence apenas a uma área das ciências humanas.

“Mas o que vem a ser, afinal, esse método-fonte-técnica tão específico? Se podemos arriscar uma rápida definição, diríamos que a história oral é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou

testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo”. Ela chama atenção para que o trabalho de História Oral constitui “uma produção intencional de documentos históricos. Existem, então, dois tipos básicos de entrevistas: a de vida e a temática. Então as questões giram em torno do interesse factual ou informativo e também a uma reflexão crítica sobre o passado (Alberti, 2005, p. 17, 18 e 21).

O foco das entrevistas são as docentes mulheres negras na UNILA, para mapear seus espaços de atuação, formação acadêmica ou profissional, formas de sociabilidade acadêmica e redes de colaboração. (As duas únicas docentes que deram retorno sobre serem entrevistadas). Através da história oral, buscamos compreender como a persistência dessas mulheres negras tem feito diferença na vida de muitas discentes negras e pardas da universidade. Foram realizadas duas entrevistas com as docentes presencialmente. As entrevistas foram baseadas em um questionário elaborado com questões pertinentes às suas trajetórias, suas histórias e lutas para estarem onde estão atualmente, a partir de seus agenciamentos e protagonismos cotidianos, bem como suas formas de atuação política e institucional. Além disso, foram levantados dados sobre as docentes, tais como informações sobre a trajetória acadêmica e trabalhos publicados.

As nossas entrevistadas são a Professora Doutora Angela Maria de Sousa e a Professora Doutora Maria Ceres Pereira. Elas são docentes na UNILA e atuam como professoras efetivas (concuradas). O questionário trouxe informações inesperadas. Uma delas é o racismo enfrentado cotidianamente pelas duas entrevistadas, inclusive em instituições religiosas. Mas também é perceptível um longo histórico de lutas, resistências e protagonismos, tanto dentro quanto fora da universidade, demonstrando as ações individuais e coletivas de mulheres negras no confronto ao racismo e outras formas de exclusão e marginalização.

Outro ponto que nos chama atenção é o fato de as duas docentes serem naturais da região Sul do país, onde se observa uma forte presença do racismo estruturado, especialmente marcado por traços patriarcais. Em um de seus trabalhos bell hooks, a autora destaca a luta contra o sexismo — entendido como qualquer expressão, atitude, palavra, imagem ou gesto baseado no pressuposto de que algumas pessoas, majoritariamente mulheres negras, são inferiores em razão de seu gênero. Mas os movimentos feministas negros lutam, protestam e sensibilizam para que essa opressão seja eliminada.

Estas reformas ajudaram muitas mulheres a dar grandes passos rumo à igualdade social relativamente aos homens, em várias áreas dentro do atual sistema patriarcal de supremacia branca, mas estas reformas não corresponderam a uma decrescente exploração e/ou opressão sexista. Os valores e os pressupostos sexistas predominantes continuam intactos e tem sido fácil para os antifeministas, conservadores a nível político, minar as

reformas feministas. Muitos críticos do movimento feminista politicamente progressivos consideram contraproducente o incentivo às reformas (bell hooks, 2019, p. 125).

Observa-se que nossa luta não para. Segundo Sandra Harding (1973), citada por Bell Hooks, menciona-se um argumento em favor do processo revolucionário;

É possível que os reformistas tenham em mente um objetivo a longo prazo, semelhante a uma imagem de uma nova sociedade. As reformas preenchem essa imagem pouco a pouco. Algumas peças podem ser preenchidas com relativamente pouco trabalho (ex.: remuneração igual pelo mesmo trabalho), outras peças são preenchidas com grande dificuldade (ex.: igualdade de acesso a todos os empregos). Mas quer a dificuldade seja grande ou pequena, haverá sempre um precedente nesta sociedade – algures – para cada tipo de mudança e as únicas mudanças exigidas são aquelas que preenchem a imagem da nova sociedade desejada. Assim sendo, no final da longa série de pequenas mudanças quantitativas, tudo teria mudado gradualmente para que todo o sistema ficasse completamente diferente... Neste modelo alternativo, uma série de reformas poderia ser uma revolução (Sandra Harding, 1973 apud Bell Hooks, 2019, p. 125).

Essa reforma é necessária, mas em passos lentos principalmente na América Latina e Caribe. Mas sempre lutamos por um futuro melhor em muitos sentidos principalmente na questão de gênero e étnico-racial. A seguir, apresentamos as transcrições das entrevistas realizadas com as docentes.

3.1 - FRAGMENTOS DAS ENTREVISTAS COM AS PROFESSORAS DOUTORAS ANGELA MARIA DE SOUSA E MARIA CERES PEREIRA: TRAJETÓRIAS, DESCOBERTAS E DIÁLOGOS COM OUTROS AUTORES

A professora Maria Ceres Pereira a nossa outra entrevistada “possui graduação em Letras pela Universidade de Passo Fundo (1974), mestrado em Linguística e Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1993) e doutorado em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (1999). Atualmente é professora efetiva da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Educação Bilíngue, atuando principalmente nos seguintes temas: bilinguismo, língua sociedade, escola indígena, bilinguismo bidialetalismo política linguística e ensino. Coordenou o Programa PEIF na UFGD (2012/2012), coordenou o Programa na Unila no ano de 2014 (Currículo Lattes, 2025).”

A professora Maria Ceres também tem alguns artigos e livros publicados voltados para a área das linguagens, que envolve seu trabalho em Dourados e na Uniãoeste, quando foi professora lá. E algumas linhas de pesquisa com povos indígenas quando era professora na UFGD. Sendo elas “*Investigações em Linguística Aplicada. Entre Política Linguística à Educação Bilíngue. O Caso dos Tekohá Kuera no MS*”, “*Pesquisa-ação: pela construção de um paradigmático (experiências com bilíngues no Tengatui/MS)*”, “*Afro descendentes na escola pública: pesquisa, releitura em amostragem*” (Currículo Lattes, 2025).

O perfil e as trajetórias da professora Angela Maria de Souza foram escritos no capítulo anterior nas páginas quarenta e quarenta e um.

Como conheceu a Unila? E qual forma ingressou nela como profissional?

Prof. Dr. Angela: Bom, quando eu trabalhei durante bastante tempo nessa universidade que falei, uma universidade comunitária que fica em Santa Catarina, nesta universidade, no final, eu estava, assim, caiu muito a minha carga horária porque eu já estava fazendo, tinha terminado o doutorado. E nas universidades comunitárias que são, elas não têm, não são públicas, a gente ganha pelo que trabalha e ganha também pela titulação. Então, o doutorado não estava sendo muito atrativo e começou a diminuir muito a minha carga horária. E daí o que eu fiz? Surgiu uma bolsa de pós-doutorado e eu prestei seleção. Então, eu fui aprovada, era em Florianópolis mesmo e isso facilitava bastante a minha vida porque eu morava em Florianópolis e trabalhava em duas cidades que estavam 120 quilômetros. Então, eu prestei essa seleção para o pós-doutorado, fui aprovada e nesse período do pós-doutorado eu também aproveitei para estudar para concursos. Então, eu me inscrevi em vários concursos, fiz vários concursos, alguns fui aprovada e no final já, eu estava

inscrita em três concursos, um em Santa Maria, um em São Carlos e aqui na UNILA. Daí, o primeiro foi da UNILA. E o que me chamou a atenção, eu fui ler, conhecer as três universidades, o que me chamou bastante a atenção é que fosse uma universidade nova, então, o primeiro ano da UNILA era 2010. E também a perspectiva latino-americanista. Eu fiz o concurso, eu me inscrevi nos três, para que eu tivesse a inscrição dos três, mas a minha intenção era vir para a UNILA. Então, eu me dediquei de corpo e alma para ser aprovada no concurso aqui e deu certo. Daí, depois eu nem fui mas, não fiz mais nada nos outros, deixei passar e vim para cá.

Prof. Dr. Maria Ceres: Então, a UNILA foi algo surpreendente na minha vida acadêmica. Eu estava trabalhando na Federal de Dourados, na UFGD, como eu disse anteriormente, e lá eu trabalhava mais com a questão do contexto indígena, porque Dourados é uma terra indígena, e, por isso, eu fui convidada para o primeiro seminário que tive aqui, sobre bilinguismo, e eu vim para esse seminário. E conheci a UNILA, conheci o projeto da UNILA, e me apaixonei por ele. Eu disse, eu preciso viver essa experiência, eu quero ir para a UNILA. Como eu já era professora de uma federal, eu entrei com o pedido de transferência. E isso foi tramitado, tanto lá dentro da minha instituição de origem, quanto aqui. Aí foi para o MEC, enfim, fez todos os trâmites, deu tudo certo, e eu, então, vim para a UNILA. **JAQUELINE:** Não como concursada, mas como transferência? Sim, eu já era concursada na federal de lá. Como era uma federal, isso é comum. Desde que haja aceitação de ambas as partes, porque a parte onde a pessoa está concursada, no meu caso UFGD, teve que negociar a questão de vaga, porque eu saindo, logicamente, ficaria em aberto. E aqui eu fecharia uma vaga, então foi negociado isso, para que eu pudesse vir. Então, a transferência entre os federais é uma prerrogativa, mas não é sempre tão tranquila. Pode haver uma resistência por conta da questão das vagas, ninguém quer perder vaga. Então, é uma via de mão dupla, tem que negociar com a instituição, enfim. **JAQUELINE:** Tanto a que vai sair, quanto a que vai entrar. (FALANDO SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE UNIVERSIDADES FEDERAIS) **Prof. Dr. Maria Ceres:** Tanto a que vai entrar, exatamente. Só para a gente deixar claro, porque, às vezes, quando a gente vai colocar no papel, fica estranho. Às vezes, as pessoas querem ter o desfecho de como funciona.

Ao longo da sua vida pessoal ou profissional já passou por atos de preconceito ou racismo por ser negra?

Prof. Dr. Angela: A vida inteira, desde muito criança até hoje. Não tem um dia que não tenha alguma coisa que atinja em correlação ao racismo, ou a mim diretamente, ou pessoas com as quais a gente convive. Então, o racismo atravessa a minha existência. **JAQUELINE:** Uma pergunta adendo, que não está na nossa entrevista. Como a professora vê, digamos assim, o racismo estrutural ou institucional, como fala a Silvia Almeida, na universidade em si, aqui na UNILA? **Prof. Dr. Angela:** Bom, eu sempre falo nas minhas aulas, a universidade é um espaço de poder, uma universidade

pública. Hoje, num país como o nosso Brasil, as universidades, principalmente as federais, são muito bem conceituadas e é um espaço de poder muito importante. Ao mesmo tempo, como é que a gente consegue perceber como o racismo estrutural e institucional estão aqui marcados? É só nós contarmos quantas professoras negras e indígenas nós temos na universidade. Enquanto mulheres negras, nós somos o maior grupo populacional do país. 28% da população é composta por mulheres negras. E, inversamente, nós somos o menor grupo dentro dos espaços de universidades. Não somente todas as universidades, mas essa é uma forma de nós percebermos como o racismo estrutural se materializa nos números e também como ele nos atinge. E, claro, o que eu ressaltar primeiro? Que a universidade é um espaço de poder. O racismo está diretamente relacionado às estruturas de poder. Então, a universidade é um espaço de poder e ela é atravessada pelo racismo e, conseqüentemente, nós temos embates permanentes para as nossas permanências nas universidades.

Prof.Dr. Maria Ceres: Então, agora eu vou ter que contar de novo. Com certeza, a experiência com racismo vem desde criança. Algumas pessoas se descobrem negras numa faixa etária. Quando criança não se dão conta, quando são adolescentes, não. E num dado momento, opa, nossa, tem racismo. Nossa! eu sou negra, se descobre negra. Eu não precisei chegar numa fase da minha vida para me descobrir negra, me descobrir negra criança. Porque, pelo fato de ter nascido no Rio Grande do Sul, no Passo Fundo, na década de 50, eu nasci em 52, você tem a minha idade, uma época bem difícil. Se Passo Fundo ainda é uma cidade resistente, você imagina naquela época. Então, eu vivi a experiência de me ver criança negra pelas falas da minha mãe. Minha mãe me preparava para a vida e ela dizia o tempo todo, na verdade, eu sempre fui muito exigida na coisa do perfeccionismo. Havia um ditado no Passo Fundo, muito feio, muito triste, que dizia assim, negro quando não fala a palavra feia, quando não caga na entrada, caga na saída. Então, a minha mãe dizia, nós não podemos tornar isso uma verdade. Então, nós temos que ser sempre muito bons. Minha mãe me exigia ao máximo, desde pequena, para não ter que passar por essa história. Em algum momento vai fazer uma cagada. Então, tinha que ser muito boa em tudo que fazia. E aí, eu fui para a escola. Minha mãe queria que eu estudasse na melhor escola, naquela época era a escola de irmãs, e ela queria que eu estudasse lá. E, logicamente, que a escola era uma escola elitizada, escola para brancos, escola de meninas brancas. Havia duas escolas lá, de irmãs religiosas. Uma que era mais elitizada, que era um internato. Então, as meninas ficavam lá só saindo nas férias, na hora de semana, alguma coisa assim. E tinha o semi-internato, que era onde a minha mãe queria que eu estudasse. Só que ela foi lá, imagina, minha mãe mulher, negra, desquitada. E ela era uma... como é que eu vou dizer a você? Ela era uma espécie de... não existe mordoma, existe mordomo. Mas a minha mãe era uma espécie de mordoma. Ela que tomava conta de tudo na casa. Que fazia lista de compras, que ia buscar as coisas, enfim, ela que tomava conta... Seria uma governante? Uma governante. E aí, ela queria que eu estudasse naquela escola. Claro que ela foi lá e disseram não. Mas a minha mãe nunca foi uma pessoa conformista. E ela disse, eu não aceito, disse não. Ela chegou em casa e falou pro chefe, que era o patrão, né? E

disse, olha, eu quero que minha filha estude em tal lugar. Mas disseram que não tem vaga. Ele era um figurão, não só na cidade. No estado, o doutor Léo era muito reconhecido. Ele foi lá na escola, a vaga apareceu na hora. Só que aí, quando eu entrei nessa escola, eu não pude ficar. A escola aceitou, né? Entre aspas. Mas a escola era... as crianças tinham que entrar em fila bonitinhas, assim, né? Então tinha que dar a mão pra fila ficar perfeita. Mas nenhuma criança queria pegar na mão da Ceres. Por causa da cor. Como eu era uma menina alta pra idade, eu ficava no final da fila. Então eu ficava sozinha. Aí não tinha que pegar na mão de ninguém. Então ali foi a primeira experiência pesada de racismo, né? Aos sete anos de idade. Então, assim, as experiências de racismo foram acontecendo ao longo da vida. Esse foi um episódio que marcou a minha infância, né? E que teve consequências, logicamente. Até porque uma criança de sete anos passar por um racismo já é muito pesado, né? É muito pesado. Não sabe lidar com isso. E você, digamos assim, se acha na rua. Eu tenho uma coisa diferente, eu sou diferente demais. Exatamente. Então você não consegue, né? Lidar com isso. Não consegue lidar.

Já foi ou ainda é envolvida com grupos de combate contra o racismo afrodescendente?

Prof. Dr. Angela: Sim. Nossa, o tempo todo. Estava aqui, enquanto eu estava vindo, trocando mensagens aqui sobre mais uma dessas questões. Enfrentamentos ao racismo aqui na cidade, mas também pensando numa... Com 16 anos eu comecei a militar, ter contato com o movimento negro e daí começou a militância. De lá para cá eu nunca parei. Sempre tive consciência que eu sou uma mulher negra, obviamente, mas saber o que é o racismo e o que ele faz conosco é muito diferente. E isso eu só consegui ter dentro do movimento negro. E é uma grande escola, o movimento negro, movimentos feministas, mas foi extremamente importante para eu ter consciência política de quem eu era enquanto uma mulher negra. Isso foi a minha grande formação dentro do movimento negro. E, depois que a gente entra, não tem mais volta. E outra questão, mulher negra, quando tem consciência da sua condição racial, já a militância faz parte da sua existência. Então, aqui dentro da universidade, nós temos vários trabalhos relacionados à questão. Na cidade de Foz do Iguaçu, a própria criação do CONSELHO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL (COMPIR) foi uma luta que protagonizado por mulheres negras, a própria Secretaria de Ações Afirmativas, nós estivemos juntos o tempo todo, reivindicando o SECAFE, todo o trabalho. E a necessidade de termos não é só a questão racial, mas a questão racial também. Bom, eu coordeno o NEALA, que é o Núcleo de Estudos Afros Latino-Americanos e Caribenhos, que também trabalha com essa questão. Além de outros movimentos aqui da cidade que a gente faz parte. Vai ter agora, o 8 de março, vai ter manifestação. Nós temos o 21 de março, dia de combate à discriminação racial também. Estamos preparando um evento. Então, é o tempo todo em ação. A nossa existência é política.

Prof. Dr. Maria Ceres: Sim. Aqui eu faço parte do grupo das Amefricanas - coletivo de mulheres

indígenas e negras em Foz do Iguaçu. E é um grupo que nós temos uma militância mais interna. Eu gostaria muito que nós tivéssemos um trabalho mais aberto. Mas, como são várias pessoas, infelizmente, hoje em dia, o tempo é tão exíguo que todo mundo tem mil e uma atividades, então a gente não consegue quase ter um encontro presencial para as nossas discussões. Mais online, mais fechadinho. Mais fechadinho, mais online. Então, assim, eu acho que a gente tem avançado. Mas eu acho que poderíamos avançar mais. Muito mais.

Qual sua crença/religião? Já foi alvo de discriminação por conta da sua espiritualidade?

Prof. Dr. Angela: Eu fui... A minha existência infantil e até adolescência, na Igreja Católica. Minha mãe era católica, meus avós, todo mundo. Então, eu fui batizada, fiz a primeira comunhão, fiz Cristo. Mas eu nunca acreditei muito nos ensinamentos da Igreja Católica. Mas foi na Igreja Católica que eu tive a minha primeira experiência com racismo. E foi exatamente a partir da religião. Eu estava brincando com outras pessoas, outras crianças. E tinha uma pessoa que eu não lembro qual é. Eu apaguei isso da minha memória. Voltando um pouquinho. Eu acreditava, porque a minha mãe me dizia isso o tempo todo. Minha mãe, minha avó me diz que uma criança antes de sete anos, quando ela morre, ela vai para o céu. Porque ela é um anjo, porque ela não tem pecado. Eu acreditei nisso. Eu estava brincando com essas crianças. E, obviamente, eu tinha menos de sete anos. E uma pessoa me disse o seguinte. Se você morrer, você vai para o inferno. E, para mim, o inferno era o lugar que era impossível. Só vai as piores pessoas do mundo. E eu perguntei, mas por quê? E a pessoa respondeu, no céu não tem anjo preto. Daí ali foi a primeira experiência que eu tive com racismo, exatamente dentro de uma perspectiva religiosa. E eu demorei muito a entender o que isso significou. Obviamente, uma criança não tem condições de entender isso. Mas isso ficou muito marcado na minha memória. E eu fiz uma viagem. Eu tinha 28 anos. Eu fiz uma viagem da universidade para Minas Gerais. E lá, na época, num momento estudantil. E quando eu cheguei lá, fui visitar uma igreja. E no teto da igreja, se não me engano, a igreja de... Não lembro se era São Francisco, São José. E o teto da igreja era uma pintura belíssima, de Ataíde. E eu fiquei encantada com aquilo. Só que o que me chamou a atenção? A Virgem Maria com traços negros. E muitos anjos de todas as cores. Inclusive anjos negros. É como se aquela imagem estivesse dizendo... Mesmo eu não acreditando no céu e no inferno. Aquela imagem dizendo para mim, não, Angela. Aquilo lá, o que a pessoa falou, não existe. Mas é óbvio. Aquilo ficou preso em mim sem eu ter consciência durante boa parte da minha vida. Eu tinha 28 anos e nunca vou esquecer. Eu olhei para aquele teto e essa história veio em mim de novo. Assim como uma resposta que eu não consegui dar. Por motivos óbvios, por ser uma criança. Naquela época. Mesmo eu não acreditando principalmente nas religiões. Eu tenho fé, tenho espiritualidade, mas eu não acredito em algumas religiões. E eu via muita hipocrisia também dentro das igrejas que eu frequentava. Pessoas que estavam lá na missa, domingo tudo arrumadinho. E eram extremamente preconceituosas e racistas. Quando a gente é uma criança

negra, pobre, a gente é alvo de muitas discriminações. E ao frequentar a igreja, a gente frequenta o mesmo espaço com essas pessoas. E ao sair da igreja, nós somos discriminadas e indiscriminadas. Então, essa é uma das perversidades que eu acho que algumas religiões trazem. E que nos marcam negativamente, muitas vezes por toda a vida. Porque eu consegui trabalhar essa questão. Trouxe para a dimensão da consciência e trabalhei comigo mesma essa questão. Mas tem muita gente que não consegue. Então, eu fui criada na igreja católica. Eu tive contato com o espiritismo e não foi nada legal também. Muito uma perspectiva similar a essa. Não há uma discussão racial. Saí também. Por exemplo, já fui em vários eventos, festas, eventos religiosos. Em religiões de matriz africana, principalmente o candomblé. Mas eu não sou de nenhuma religião, nem de origem africana, nem qualquer outra. Mas tento sempre estar bem comigo mesma. Ter posicionamentos que eu acredito que não prejudiquem outras pessoas. Infelizmente, hoje a gente vivencia algumas questões muito difíceis em relação à religião. Uma coisa que me causa muito desconforto é o que as pessoas são capazes de fazer em nome de Deus. Entre muitas aspas, esse Deus. Que eu não sei o que as pessoas entendem por Deus. Mas elas são capazes, inclusive, de matar em nome de Deus. E nessa religião eu não acredito.

Prof.Dr. Maria Ceres: Muito boa pergunta. Então, eu sou... Originariamente, eu fui católica. Por toda a história dos nossos antepassados, que foram postos em uma religião. E aí a minha mãe também me pôs na igreja, aquelas coisas de ter que fazer tudo ritualístico. Mas depois eu passei por uma experiência muito breve de conhecer a religião de uma atriz africana. Mas não fiquei, não persisti. E acabou. Hoje eu sou evangélica. Mas eu tenho uma abertura muito grande para o entendimento e compreensão de todas as religiões. Porque, primeiro, pela questão do respeito. Segundo, pelas suas histórias. E as religiões de matriz africana, elas têm uma ligação muito forte com a ancestralidade. Embora a maioria das pessoas evangélicas tenha preconceito e não tolera a intolerância religiosa, eu quebro um pouco esse estereótipo. Eu diria bastante, porque eu tenho muito respeito. Embora não milite, mas eu tenho respeito. E acho que as pessoas que praticam, são pessoas que buscam trazer também na sua espiritualidade a sua ancestralidade. Então é isso.

Segundo Gonzalez (2020), somos:

Herdeiras históricas das ideologias da classificação social (racial e sexual), bem como das técnicas legais e administrativas das metrópoles ibéricas, as sociedades latino-americanas não puderam deixar de se caracterizar como hierárquicas. Estratificadas racialmente, elas apresentam um tipo de contínuo de cor que se manifesta em um verdadeiro arco-íris classificatório (no Brasil, por exemplo, existem mais de cem denominações para designar a cor das pessoas). Nesse contexto, a segregação de mestiços, índios ou negros se torna desnecessária, porque as hierarquias garantem a

superioridade dos brancos como grupo dominante (Lélia Gonzalez,2020).

A teoria de Lélia Gonzalez dialoga diretamente com o debate trazido pela professora Angela e Ceres. Trata-se de uma discussão iniciada há muitos anos, mas que permanece extremamente atual. Trata-se da forma como pessoas brancas se percebem como superiores em relação a negros e indígenas, evidenciando um padrão de hierarquização racial ainda profundamente enraizado na sociedade brasileira. Outro ponto relevante nas entrevistas é o relato de que ambas as docentes sofreram racismo dentro da Igreja Católica, ainda na infância. Naquele momento, eram apenas crianças, e como poderiam ter plena consciência de que o que estavam vivenciando era racismo? De acordo com uma reportagem do Correio Braziliense Mundo (2023), durante um evento mundial da Igreja Católica, o Frei David comentou sobre o racismo sofrido por jovens negros no interior das instituições religiosas, reforçando que essa é uma realidade persistente e frequentemente silenciada:

Na avaliação do diretor da Educafro, o comportamento dos organizadores da Jornada Mundial da Juventude se repete no dia a dia da Igreja Católica. "O comando da Igreja é branco. Olhemos para o Brasil, onde 56,1% da população são de afrodescendentes: quantos dirigentes negros a Igreja tem no país?", indaga. "A Igreja está fazendo um trabalho sofrível quando se fala em diversidade", acrescenta. Ele acredita que essa estrutura ultrapassada explica boa parte da fuga de negros católicos, sobretudo os mais jovens, para as igrejas evangélicas. "Como não se veem representados, saem em busca de espaço em outros grupos religiosos. A igreja evangélica oferece incentivos para crescimento, alguns acreditam até que possam ficar ricos (sendo pastores)", assinala (Correio Braziliense Mundo,2023).

Observamos como a igreja católica até tenta desenvolver algumas atividades voltadas para pessoas negras. Mas mesmo assim, não conseguem evoluir contra o racismo, parece estar enraizado na própria estrutura eclesial da igreja

Conhece algum meio que a Unila tem para denunciar ou ações contra preconceito contra racismo e gênero?

Prof. Dr. Angela: Hoje, com a SECAFE, nós temos um espaço. Ainda falta uma longa caminhada. A gente trabalha juntas há bastante tempo. Mas a SECAFE tem sido um espaço fundamental para o acolhimento dessas questões. Ela vai encaminhar o que precisa ser feito. Seja uma denúncia, às vezes um acolhimento psicológico. O racismo é muito difícil de pensar. Muitas pessoas sofrem racismo

sem saber. O racismo é perverso exatamente. Ele mata sem dizer quem atirou, quem deu a facada. Ele mata silenciosamente. Muitas vezes a pessoa discrimina, é racista. Mas ela não diz uma palavra, não faz um ato, um gesto que marque o racismo. Muitas pessoas são discriminadas sem saber que é uma atitude racista. O que a gente vem trabalhando é pensar, ampliar a discussão ao máximo sobre as questões raciais. Também, por sermos uma universidade latino-americana, nós temos uma população muito diversa, são 30 e tantas nacionalidades. E muitas entendem e compreendem as questões raciais de forma muito diversa. Então, entender o que é o racismo não é simples. Num contexto brasileiro, como é explícito o impacto do racismo, mas é explícito que nem todas as pessoas conseguem ver e enxergar. Isso se complexifica num contexto latino-americano, onde nós vamos ter outros impactos sobre o racismo. Ao mesmo tempo, a SECAFE torna-se um espaço fundamental para acolhimento também. Ela é fundamental, seja de formação, de ampliação desse debate e de acolhimento em situações de vulnerabilidade ou de impactos com relação ao racismo e outras formas de discriminação. E daí, tem as instâncias na universidade que vão poder analisar a denúncia. Porque a SECAFE não tem o papel de investigar uma denúncia. Ela pode acolher a denúncia e encaminhar. **JAQUELINE:** Um setor responsável. **Prof. Dr. Angela:** Exatamente. **JAQUELINE:** Até para eu estar falando sobre a parte do latino-americano. Por conta do trabalho, eu tenho alguns textos, alguns antigos, que falam que o Brasil é o único que trabalha com o racismo em si de uma forma bem mais adiantada. E os outros países, para alguns países, é só uma contravenção. Não é um ato realmente que tem que ser preso. **Prof. Dr. Angela:** Nós temos uma legislação muito boa, tem o Estatuto da Igualdade Racial, tem vários documentos que são exemplares, mas tem uma prática muito pouco efetiva. Grande parte dos crimes de racismo não dão resultados que de fato deveriam ter. Nós ainda vivemos em uma estrutura racial extremamente pautada pela lógica da branquitude. Então, quem acolhe, quem recebe a denúncia, quem vai legislar... Na verdade, não legislar, mas quem vai... Aí me fugiu a palavra. Mas vai dar o resultado da situação, se é ou não? A grande maioria são pessoas brancas. Então, nós temos um problema muito sério, que é fazer com que essa estrutura seja modificada.

Outro aspecto importante que ressalta nas entrevistas diz respeito às formas de confronto ao racismo dentro e fora da universidade, incluindo ações voltadas para a criação de órgãos institucionais, a exemplo da SECAFE e, também, do NEALA. Os relatos evidenciam a centralidade desses espaços no enfrentamento ao racismo na UNILA, especialmente a partir da atuação de mulheres negras. Apesar da ausência de uma estrutura institucional sólida que respalde plenamente suas ações, esses núcleos têm desempenhado um papel fundamental na promoção do debate étnico-racial dentro e fora da universidade, bem como na luta pela implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 em todas as áreas do conhecimento. Os depoimentos apontam que o racismo persiste como uma prática estrutural no espaço acadêmico, manifestando-se tanto de forma explícita

(como em casos de blackface e ofensas diretas) quanto por meio de um racismo sutil e silencioso, de difícil identificação e denúncia.

A SECAFE, nesse contexto, surge como um espaço estratégico de acolhimento, encaminhamento de denúncias e apoio psicológico às pessoas afetadas, e também como resultado de ações promovidas desde longa data por docentes negras. Contudo, as entrevistas ressaltam que os desafios permanecem expressivos, sobretudo diante de uma estrutura institucional ainda marcada pela lógica da branquitude, que compromete a efetividade das denúncias e a aplicação da legislação existente. Além disso, o caráter internacional e latino-americano da UNILA impõe camadas adicionais de complexidade à discussão racial, dado que as experiências e compreensões sobre o racismo variam entre as mais de 30 nacionalidades e culturas presentes na instituição. Embora o Brasil possua um arcabouço legal avançado em relação ao enfrentamento do racismo, os testemunhos apontam que a prática institucional ainda é insuficiente, revelando uma distância preocupante entre legislação e realidade. Embora o Brasil possua um arcabouço legal avançado em relação ao enfrentamento do racismo, os testemunhos apontam que a prática institucional ainda é insuficiente, revelando uma distância preocupante entre legislação e realidade.

Como ocorreu o contato das pesquisadoras/docentes com redes de pesquisadoras/es negros?

Prof. Dr. Angela: Bom, a partir da UNILA, a gente desenvolve várias pesquisas. Tem outro evento que a gente sempre realizou, que é a Semana da Consciência Negra. Ano passado foi 13º, vai esse ano 14º. Então, ao realizar a Semana da Consciência Negra, nós começamos... Primeiro passo, eu cheguei em 2011, nós fizemos a primeira Semana da Consciência Negra, novembro de 2011. E para fazer a Semana da Consciência Negra, uma das primeiras coisas que eu fiz foi procurar conhecer aqui na cidade quem eram os movimentos negros. Então, eu corria atrás das pessoas, fui, tomamos café, conversamos, discutimos para conhecer esse universo. E aí, nós montamos a primeira semana, inclusive convidamos várias pessoas. E desde então, a gente vem ampliando essa rede aqui na cidade, mas também no âmbito estadual e nacional. Quando nós criamos o NEALA em 2013, que é o Núcleo de Estudos Afro-Latino-Americanos, nós ingressamos na rede de NEABs do Brasil, que são Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas. NEABs e NEABis, que tem praticamente todas as universidades do país. E isso também nos ampliou muito essa rede, porque a ABPN, que é a Associação de Pesquisadores Negros e Negras, realiza todo ano encontros de NEABs, assim como realiza o COPENE, que é o Congresso de Pesquisadores Negros e Negras. E esses encontros são extremamente importantes para que a gente troque experiências, conheçam o trabalho desenvolvido em outras universidades. Mas aqui em Foz do Iguaçu, uma das questões que eu acho bem importante

destacar foi que, a partir desse trabalho que a gente realizou como estudante, como docentes aqui da UNILA, nós conseguimos, em 2017, realizar 34 pré-conferências da igualdade racial e, em 2018, realizar o COMPIR que é o (Conselho de Promoção da Igualdade Racial) de Foz do Iguaçu. E, em 2019, foi criada a lei. Nós fizemos todo um trabalho, inclusive com a Câmara de Vereadores, para eles entenderem o que era o COMPIR, conhecerem, e conseguimos aprovar a lei. Entregamos a proposta ao prefeito, foi para votação. Depois de três sessões na Câmara, todas as sessões estávamos lá, até para marcar presença, aprovamos o COMPIR em 2019. Daí começou todo o trabalho de estruturação, organização da documentação do COMPIR e foi eleita uma diretoria e a presidenta foi Mãe Marina, uma pessoa de grande referência aqui na cidade para a discussão racial e também uma pessoa extremamente importante na luta contra o racismo religioso. Hoje, a presidenta do COMPIR é Mãe Edna de Baru, também uma outra referência extremamente importante.

Prof. Dr. Maria Ceres: Através da ABPN, que é a Associação dos Pesquisadores Negros.

JAQUELINE: A professora é associada, então? Sim. Então, a ABPN tem esse trabalho forte de visibilidade dos pesquisadores negros. Porque é só através de órgãos assim que realmente os nossos trabalhos vão ter peso, vão ter visibilidade. Do contrário do que você apresentou aqui para o grupo. Se não há esses lugares, como você relacionou tantos ainda no seu trabalho, o nosso trabalho enquanto pesquisadora fica invisível. Na gaveta. Na gaveta, exatamente. Então, a BPN é um grande lugar.

Como ocorreu o processo de criação do NEALA?

JAQUELINE: O perfeito a professora já fez alguns comentários sobre como ocorreu o processo de criação do NEALA, mas a professora poderia comentar mais um pouquinho sobre ele e as suas atividades também, que a professora está envolvida diretamente. **Prof. Dr. Angela:** O NEALA surgiu em 2013 e o objetivo principal era que pudéssemos ter um espaço acadêmico para juntar as nossas pesquisas, os nossos trabalhos, mas também o espaço de acolhimento. Foi sendo construído nesse sentido no decorrer do tempo. Principalmente nossos orientandos, orientandas. Pessoas negras, em geral, não precisam ser orientandos e orientadas, mas para que a gente tivesse espaço de discussão das nossas pesquisas, dos nossos trabalhos, do trabalho que realizamos dentro e fora da universidade. Então, por exemplo, nós temos um curso de educação das relações étnico-raciais que realizamos com a rede pública municipal e estadual aqui de Foz do Iguaçu e região. Nós vamos realizar agora o evento Vozes Mulheres da América Latina: Movimentos de Aquilombamento, que são as autoras do livro que realizamos. Todas as autoras, que são quarenta e três mulheres do Brasil, da Argentina, do Paraguai e da Colômbia, são todas mulheres negras, são mulheres que já participaram de uma forma ou de outra das nossas pesquisas e dos nossos projetos de extensão. Qual é a inquietação do livro? Nós produzimos na academia, mas essas mulheres às vezes são só citadas quando são citadas

nos textos, nos artigos, nos livros. O que nós queríamos era exatamente problematizar o papel da escrita e pensar elas como autoras, não como interlocutoras numa pesquisa ou num projeto de extensão, mas que elas pudessem escrever sobre muitas questões. Então, nós utilizamos o conceito de escrevivência, de Conceição Evaristo. O grupo começou bem pequeno, bem tímido e foi se ampliando. Então, o resultado foram quarenta e três mulheres desses diferentes países, quatro países, e trabalhando suas trajetórias. Uma questão que me marcou bastante nas inúmeras reuniões que realizamos foi durante a pandemia também. Várias compartilharam essa mesma questão, mas uma falou o seguinte. Antes disso, na primeira, muitas não queriam escrever porque não têm o hábito da escrita e achavam que isso seria uma coisa impossível, seria difícil fazer. E daí o que nós fizemos? Nós organizamos pequenas duplas ou trios e sempre alguém da academia e alguém de fora, movimentos sociais e academia. E a ideia foi que a escrita não interessava se quem escreveu fosse eu, a escrita acadêmica, mas a forma de participação é uma forma de escrita. E daí todas são autoras, são escritos compartilhados. Todas são autoras e o que uma delas falou em uma das reuniões foi o seguinte. Eu nunca tinha parado para pensar sobre o que eu já fiz. E muito menos escrever sobre o que eu já fiz. Eu nunca tinha me dado conta sobre o que eu já fiz na minha trajetória. Isso foi bem importante para pensar também, que é uma discussão que a gente fez na elaboração deste livro, o quanto a nós, mulheres negras, é negada a escrita. Grande parte das nossas histórias passa exatamente porque não tem registro. Temos a oralidade, mas num espaço como a academia, e volto a dizer, um espaço de poder, o que não está escrito praticamente não existe. Então, a escrita desse livro foi no sentido também de trazer essas trajetórias de mulheres e cada uma poderia escrever o seu próprio livro ou muitos livros, porque assunto tem. Nós começamos pensando num artigo de cinco páginas no máximo, de cada dupla ou trio. No final, elas não queriam parar de escrever. Daí o desespero nosso, que a gente tinha prazo, tinha que entregar, procurar a editora, aquela loucura toda que a gente queria publicar. E daí elas já não queriam mais parar de escrever. No início, elas não queriam começar a escrever, porque tinham medo da escrita. E não é particularidade delas. Todos nós aqui na universidade, escrever é difícil. É complicado, porque você tem que concentrar quando você vai escrever. E, às vezes, você não consegue o concentrar. E muitas dessas mulheres trabalham quarenta e tantas horas por dia, por semana, têm filhos, não têm um companheiro que esteja do lado. Então, todas essas situações. Mas foi muito legal a experiência, exatamente porque são mulheres que fizeram parte dos nossos projetos de extensão e pesquisa no NEALA, mas que nunca apareceram nas publicações como autoras. Então, foi uma experiência bem legal. Então, vamos fazer um evento agora em março com elas. Vamos tentar trazer o máximo possível, exatamente para trabalhar os gestos e outras experiências e continuar a ter o trabalho. Estamos agora com um projeto também trabalhando mulheres negras e indígenas, que é um diálogo que precisa se aproximar. E também pensando algumas biografias de algumas mulheres, trazendo essa perspectiva de Conceição Evaristo.

Prof. Dr. Maria Ceres: Lá em Dourados, eu fui responsável pela criação do NEAB, que é um grupo

de estudos afro-brasileiros. E ocorreu justamente por isso. Eu havia passado por uma situação lá, que eu relatei, do concurso. E quando teve a eleição para a reitoria, o reitor na época, que era candidato, ele chamou reunião com todos os docentes, técnicos, enfim, para falar da plataforma dele. Também ouvia sugestões. E justamente nessa reunião eu disse a ele que eu gostaria muito que ele incluísse na pauta, a criação de um NEAB na universidade. Na verdade, eu queria um NEABI, como ia no final, para incluir indígenas. Porque lá é terra indígena. E eu não via por que dois núcleos separados. Um só para afrodescendentes e o outro para indígenas. E a discussão é tão próxima. Aí eu sugeri como NEABI. E ele gostou muito da ideia. Aí ele pôs no projeto dele, da campanha. E ele foi eleito. É realmente tão logo ele foi eleito, ele assumiu. Ele já me chamou para que organizasse tudo. Então me nomeou como primeira coordenadora do NEABI. E aí ele pediu que fosse NEABI. Reiterando a questão indígena. E aí eu aceitei o desafio. Fiquei à frente do NEABI o tempo que eu estive lá. E foi um tempo muito produtivo. A gente fez vários seminários. Várias atividades.

Acredito pertinente neste momento trazer algumas reflexões de Patrícia Collins (2019) ou que estão em seu livro, pois segundo ela muitas dessas reflexões continuam atuais, e ao longo de muitas pesquisas observamos como ocorre a luta contra o racismo.

“Até quando as nobres filhas da África serão forçadas a deixar que seu talento e seu pensamento sejam soterrados por montanhas de panelas e chaleiras de ferro?”, indagou Maria W. Stewart em 1831. Órfã desde os cinco anos de idade, entregue aos serviços da família de um clérigo como trabalhadora doméstica, Stewart lutou para se educar quando e onde pôde, de maneira fragmentada. Essa intelectual negra é uma pioneira: foi a primeira mulher nos Estados Unidos a proferir discursos sobre questões políticas e legar cópias de seus textos, e ainda prenunciou uma miríade de questões que seriam retomadas pelas feministas negras que a sucederam (Maria Stewart, 1831. apud Patrícia Collins, 2019).

Algo que Collins (2019) ainda traz de Stewart (1833) conversa muito com uma questão respondida pela Prof. Dr. Angela a mesma comenta que os únicos beneficiados com o racismo são os brancos.

Maria Stewart incentivou as afro-americanas a rejeitar as imagens negativas da condição de mulher negra, tão presentes em seu tempo, assinalando que as opressões de raça, gênero e classe eram as causas fundamentais da pobreza das mulheres negras. Em um discurso realizado em 1833, declarou que, “assim como o rei Salomão, que não pegou em prego nem em martelo na construção de seu templo, mas levou os louros por ele, os estadunidenses brancos levam o mérito [...] quando, na realidade, sua principal base e alicerce fomos nós”. Stewart protestou contra a injustiça dessa situação: “Nós fomos atrás das sombras; eles ficaram com a matéria. Nós fomos

incumbidos do trabalho; eles ficaram com os rendimentos. Nós plantamos as vinhas; eles comeram os frutos” (Maria Stewart,1833. apud Patricia Collins,2019).

Sendo assim vemos como esse debate sobre o racismo, étnico-racial e de gênero se torna tão necessário quanto antigamente, ou seja, hoje em dia parece que os embates que temos na sociedade são maiores que antigamente. Fazendo com que não somente negros ou indígenas lutem, mas toda a sociedade desenvolva um papel democrático e crítico sobre a lentidão das implementações das leis 10.639 e 11.645.

Quais atividades do NEALA você teve envolvimento direto?

Prof. Dr. Maria Ceres: No NEALA não. Mas eu quero muito me aproximar do NEALA. Eu vou conversar com a Ângela. Porque eu quero estar mais próxima. Estou muito afastada aqui na UNILA. E eu quero estar junto. **JAQUELINE:** E como a professora vê ou observa o impacto das atividades na comunidade acadêmica e externa do NEALA aqui na UNILA? **Prof. Dr. Maria Ceres:** Eu vejo o NEALA como um núcleo de bastante ativismo. E esse ativismo, eu o vejo transbordar, sim, da universidade. Eu acho que dentro da universidade ainda... Eu não sei. Talvez tenha que trabalhar mais a sensibilização das pessoas. Porque ainda assim eu acho que está frágil. Por que eu digo isso? Você percebeu hoje aqui no nosso trabalho, no teu trabalho, no seu movimento, tudo que você trouxe, o quão pouco muitos ficaram afastados. Eles só olham, observam. Então, eu vejo que está faltando a sensibilidade do olhar. Porque as pessoas não veem. Elas veem, mas não enxergam. Veem, mas não enxergam. Então, a sensibilização vai se dar de várias formas. Eu acho que talvez mais pequenos encontros, com grupos pequenos. Porque quando a gente trabalha com grupo pequeno, a gente consegue aprofundar mais. E se a gente conseguir ganhar essas pessoas, no sentido de sensibilizá-las, eu acredito que a gente consiga avançar mais na discussão aqui dentro. E talvez apoiar mais as pessoas que sofrem na pele o racismo aqui. Como o caso desses jovens que falaram. E pelas falas deles a gente sente o quanto eles se sentem des apoiados. Como é que a gente faz? Quem sabe agora com esse diálogo eles tentem procurar... Procurar formas de apoio do Estado. Então, assim. Agora, fora também eu vejo que o NEALA tem buscado espaços de interação. Esse trabalho mesmo é feito com as escolas públicas sobre a questão da lei. Eu vejo que isso tem avançado muito. Os professores têm refletido, escrito, têm publicação. Então, eu acredito que com a comunidade externa, que eu vejo que é um ponto importante para a universidade, e o NEALA está fazendo isso com excelência. Aqui dentro eu acho que ainda precisa, talvez, trabalhar um pouco mais.

Como observa o impacto dessas atividades (eventos, palestras, mostras culturais e etc) na

comunidade acadêmica e comunidade externa?

Prof. Dr. Angela: Sim, bem diversos os impactos. Alguns legais e outros não muito legais. Mas isso faz parte do que a gente vai dizendo. Ninguém agrada a todos. E também não é nosso objetivo e é bem longe do nosso objetivo agradar a todos. Até porque para nós é muito importante que o Neala seja um espaço de acolhimento das escritas negras. Nós já tivemos problemas de pessoas dentro do Neala, pessoas brancas. E isso foi muito ruim, trouxe prejuízo. Hoje, a grande maioria somos pessoas negras, a quase totalidade. Mas principalmente para nós pensarmos dentro desse processo de escrita, mas também para pensarmos o que é a escrita. Porque a escrita tem várias formas. Então, por exemplo, trabalhar com o conceito de escrevivência, de Conceição Evaristo, conceito de aquilombamento, de Beatriz Nascimento, de mulheres em movimento, de Sueli Carneiro, de amefricanidade, de Lélia Gonzalez. Então, o que é pensar uma teoria produzida por pessoas negras, também para pessoas negras? E isso faz muita diferença. Então por exemplo tem um impacto dentro da universidade que é trazer essas autoras que não estão citadas nos livros. Embora tenham teorias apropriadas dessas autoras, essa é a nossa briga também, mas não são citadas. Tem um impacto interno, então hoje a gente vê outros colegas já olham de forma diferente, essas superstições acadêmicas e aceitando trabalhos com referenciais como estas. Que a pouco tempo não eram aceitas.

JAQUELINE: Por que não eram aceitas? É muito importante discutir essa questão, não eram aceitas pela sua potencialidade se eram boas ou ruins, mas por serem desconhecidas. E um dos problemas constantes na academia quando nossos colegas não conhecem, eles afastam, eles negam e isso é péssimo, então acredito que um dos impactos seja trazer essas autoras com mais intensidade. E muito pelos nossos estudantes. E fazer com que essas autoras possam ser conhecidas dentro desse espaço acadêmico. Tem gente que acha que está abrindo a roda, quando ouve falar das teorias dessas mulheres. São teorias que quem vem dos movimentos sociais negros, já lia essas autoras lá naquela época. Só que dentro da universidade, em toda minha trajetória acadêmica nenhuma passou em nenhuma disciplina de formação.

Como você observa o estado atual das reflexões e debates sobre as relações étnico-raciais na UNILA? Como avaliaria a relação dos NEABIs no processo de consolidação da temática étnico-racial e difusão da cultura afro e afro-brasileira?

Prof. Dr. Angela: Acho o papel dos NEABIs ou do nosso NEALA fundamental, nós não temos uma estrutura institucional que nós respaldamos. Mas nós temos bastante trabalho, nós mulheres negras para variar, mas então os NEABIs e o nosso NEALA eles têm papel fundamental, porque pensar esse debate étnico-racial dentro do âmbito acadêmico. E também acho fundamental pensar que é de políticas públicas dentro e fora da universidade, nós temos a lei 10.639 e a 11.645. Até hoje é uma briga para conseguir implementar, é uma briga dentro da universidade e fora da universidade. E o

que acontece muitas vezes é que estamos vivenciando uma situação, problemas de racismo no âmbito da educação. A educação é um outro espaço muito complicado para disseminação de práticas racistas. E hoje não é raro de acontecer situações de todas as ordens, de black face, problemas de xingamento, sem falar naquele racismo sutil que não é perceptível, mas tem as questões perceptíveis que chegam até nós. E a grande dificuldade que nós temos é fazer com que espaços de educação, entre eles a universidade entendam que trabalhar a lei 10.639 e a lei 11.645, ela é para todas as áreas disciplinares. Então as pessoas brancas têm que entender qual seu papel na luta contra o racismo. É muito comum as pessoas brancas nós responsabilizar pela luta contra o racismo, deveria ser ao contrário. É claro que nós as responsabilizamos que se beneficiam delas. Eu recebo muitos colegas que se dizem parceiros na luta contra os racistas. Angela como eu faço para ser uma pessoa de fato antirracista. Acho que já tá dando um passo de reconhecimento da estrutura racial raiz, dentro e fora da universidade, desde que a criança entra no CMEI até a universidade. O debate racial tem que estar presente, a gente só vai conseguir diminuir o impacto do racismo discutindo e trazendo esse debate. O racismo é perverso, mas ele tem muitas pessoas se beneficiando dele. E são as pessoas brancas obviamente, então a pessoa branca tem que entender qual é seu papel na luta racial. Quem cria o racismo são as pessoas brancas, quem se beneficia do racismo são as pessoas brancas. Nem sempre deixam de ser racistas, mas já entende que existe uma estrutura racista, sempre digo olhe estude, por que a gente precisa que as pessoas entendam, indico livros, dou pra elas leiam, leiam por que é a única forma de compreender. Outro ponto que acho importante discutir é a sobrecarga da mulher negra na universidade, nós somos sobrecarregadas ao extremo dentro e fora da universidade. Mas a universidade é bem diversa nesse sentido porque ela sabe qual é o impacto do racismo. Para estudar isso, as pessoas brancas estão falando, mas não agem e mudam o comportamento. E acha que às vezes ministrar um curso, uma palestra é suficiente não é. O racismo exige muito empenho da pessoa em todas as forças. Então a questão que é que pensar a implementação da lei 10.639 e da 11.645 é uma questão de cidadania. E eu acredito que a educação é um espaço onde a lei e a implementação da lei podem gerar resultados muitos bons na luta antirracista. Nós já podemos ver no decorrer do tempo nesses 10 ou 15 anos uma diferença muito grande. Porém o caminho que nós temos que percorrer é gigantesco é árduo. Mas o reforço ainda está extremamente concentrado na ação das pessoas negras e tem que ser uma ação da sociedade independente do pertencimento étnico racial. Lélia Gonzalez sempre dizia, nós precisamos ter uma discussão teórica, mas termos prática. Frantz Fanon também fala que a práxis que tanto discutimos em nosso dia a dia. Então o racismo não se combate só com discurso, nós precisamos de prática. Se estou falando isso, acredito que a educação como espaço determinante para a luta antirracista. Mas nós ainda temos muitos problemas para fazer com que as pessoas consigam entender isso, principalmente pessoas brancas. Pessoas negras também, não vamos nos iludir, as pessoas brancas principalmente por que elas têm responsabilidade sobre os impactos do racismo, porque se beneficiam, muitos não querem pensar nessa questão exatamente por causa disso.

Prof. Dr. Maria Ceres: Olha, eu acho que temos avanços aí, né? Temos avanços, eu estava verificando ali no grupo das Amefricanas o material que chegou para as escolas. Para esse ano, né? E eu vi, assim, com muita alegria, a mudança dos materiais. Então, eu não sei se eu tenho fácil. Aqui você deve ter visto também. Mas eu achei que isso é reflexo de todo o trabalho que vem sendo construído, né? São muitos anos de trabalho. São muitos anos de trabalho. E a gente sabe que é uma luta de, realmente, longo tempo. Não é uma coisa que se faz de hoje para amanhã, né? É um trabalho de longo período. Mas agora começa a aparecer algum resultado. Até porque ele é mais de 1.800 bolinhas, né? Pois é, né? Deixa eu ver aqui. Está aqui. Deixa eu ver se eu encontro para te mostrar. Mas eu achei muito bom ver essa mudança. E até porque, digamos assim, mesmo que fique lá no finalzinho, assim, quase terminando as aulas, mas é importante que essa... Como é que eu posso dizer? Essa conversa. Porque, digamos assim, tá tudo bem. Eu sou branca e aí eu tenho um coleguinha negro. Mas aí, como é que eu posso tratar ele? Porque, às vezes, em casa você ouve muitas coisas. Mas e daí? E a escola? Vai fazer a diferença na sua vida, no teu olhar, né? Esse é um dos materiais. Está falando mais da temática indígena, da literatura indígena. **JAQUELINE:** Ah, que legal. É, eu gostei. É bonitinho. **Prof. Dr. Maria Ceres:** Conseguiram, assim, trazer alguma coisa, pelo menos, né? Porque nunca tinha Porque nunca tinha nada. Então, eu vejo que está começando a ter uma mudança agora, né? Está fluindo.

Observamos como ao longo das suas carreiras profissionais as duas docentes têm envolvimento com lutas e trabalhos com negros e indígenas. Suas trajetórias apresentam pontos de contato com as reflexões críticas de Lélia Gonzalez acerca das experiências de exclusão e invisibilidade vivenciadas por mulheres negras, bem como suas trajetórias de lutas e resistências.

Destacando a ênfase colocada na dimensão racial (quando se trata da percepção e compreensão da situação das mulheres no continente), tentarei mostrar que, dentro do movimento de mulheres, as negras e indígenas são o testemunho vivo dessa exclusão. Por outro lado, com base em minhas experiências como mulher negra, tentarei destacar as iniciativas de aproximação, solidariedade e respeito à diferença por camaradas brancas efetivamente comprometidas com a causa feminista. A essas mulheres-exceções eu chamo de irmãs.

Quando falo de experiência, quero dizer um processo de aprendizado difícil na busca de minha identidade como mulher negra dentro de uma sociedade que me oprime e me discrimina justamente por isso. Mas uma questão de ordem ético-política prevalece imediatamente. Não posso falar na primeira pessoa do singular de algo dolorosamente comum a milhões de mulheres que vivem na região; refiro-me às ameríndias e amefricanas, subordinadas a uma latinidade que legitima sua inferioridade (Lélia Gonzalez, 2020).

Por fim, outro elemento que se destaca nas trajetórias das docentes foi seu envolvimento com a construção de espaços voltados à história e cultura negra dentro e fora da universidade, principalmente pela criação do NEALA. O NEALA, criado em 2013, surgiu como espaço de encontro entre pesquisas, formação e práticas com foco na população negra e no fortalecimento de redes de apoio e autoria. Entre suas ações, destaca-se, como mencionado pela professora Angela, a publicação do livro *Vozes Mulheres da América Latina: Movimentos do Aquilombamento*, e que resultou de um processo coletivo que incentivou mulheres negras de quatro países a escreverem suas trajetórias, desafiando os limites da escrita acadêmica tradicional. Já a professora Maria Ceres relata sua experiência na fundação do NEAB em Dourados, inicialmente idealizado como um núcleo que também contemplasse as populações indígenas, dada a realidade local. Embora a proposta tenha sido alterada para atender exclusivamente à pauta afro-brasileira, o núcleo se firmou como espaço ativo na realização de seminários e ações afirmativas. Ambas as experiências ressaltam o compromisso com uma prática acadêmica engajada e transformadora.

Outro ponto que parece de fundamental destaque é referente a discriminação religiosa enfrentada pelas pessoas negras. Segundo um artigo do *A Terra é Redonda* (2022) é como um ato mal interpretado pode mudar toda uma história.

O vereador Renato de Freitas é mais um negro vítima do racismo cristão; Renato Freitas, frente à violência das mortes de Moïse Kabamgabe e de Durval Teófilo Filho, se juntou a outras pessoas negras em uma manifestação em frente à Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São Benedito, na capital do estado do Paraná. Por ser um sábado havia uma missa em curso e após o encerramento da missa, os manifestantes adentraram à Igreja. Em uma cidade conservadora e cristã, como Curitiba, isso soou como “vilipêndio da religião alheia”, nas palavras de um dos vereadores que propuseram a cassação do mandato de vereador de Renato Freitas (PT) (Simony dos Anjos, 2022).

Como comentado anteriormente de como o racismo no sul do país é algo muito forte, a reportagem continua falando que “dos 38 vereadores da casa, apenas 3 são negros. A cidade mais negra do Sul (Curitiba), tem 24% de pessoas negras na sua população, mas não tem 24% de vereadores negros na câmara. Será que essa população aprova o movimento negro pedindo misericórdia na Igreja Nossa Senhora do Rosário para as vidas negras perdidas para a violência racista em nossas cidades? (Anjos, 2022).

Esses pontos trazidos são fatos vividos ou vivenciados por pessoas negras, nunca sabemos se chegaremos vivos em nossas casas ou se nossos familiares não serão vítimas do racismo em qualquer lugar que forem. Esse é um forte motivo para insistirmos nessa luta. Mas de forma

inteligente e intelectualmente, pois um debate com palavras certas deixa um racista sem argumento. Essa pesquisa é só a ponta do iceberg, fazendo que busquemos responder outros questionamentos que ficaram sem respostas ainda.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa e conseqüentemente, o tema trazido “*MULHERES NEGRAS NA UNILA: A invisibilidade, protagonismo e trajetórias de docentes negras na UNILA*”, vem da luta dos movimentos negros e pessoas interessadas por mudanças em nossa sociedade e não apenas isso, mas a forma como as pessoas negras são vistas, mesmo nós sendo uma grande porcentagem na população brasileira. 56% da população negra de um país como o Brasil, dos quais 35% são mulheres negras e pardas (IBGE, 2022 apud Rocha, 2023).

A presente pesquisa partiu da inquietação inicial – a invisibilização de pessoas negras no ensino superior, observando a necessidade de uma investigação crítica das experiências, memórias e histórias das docentes negras da UNILA. Foi uma investigação exaustiva e cada capítulo parecia uma nova descoberta para ser debatida.

Optamos pela análise de um contexto local – a UNILA – devido à facilidade de acesso às informações, em especial por meio de entrevistas com as mulheres negras que fazem parte da instituição. Ainda que seja possível identificar a presença de mulheres negras em todos os setores da universidade, para esta pesquisa, nos concentramos nas trajetórias e agenciamentos de docentes da UNILA, em especial pela sua permanência em períodos maiores de tempo na instituição – se comparado, por exemplo, com discentes ou profissionais de empresas terceirizadas, cuja atuação na instituição tende a ser em tempo limitado.

A metodologia utilizada na pesquisa concentra-se na realização de entrevistas, inspiradas na História Oral (Alberti, 2005).

A história oral pode ser empregada em diversas disciplinas das ciências humanas e tem relação estreita com categorias como biografia, tradição oral, memória, linguagem falada, métodos qualitativos etc”. A autora afirma que a História Oral se move em um terreno multidisciplinar e por isso não pertence apenas a uma área das ciências humanas.

“Mas o que vem a ser, afinal, esse método-fonte-técnica tão específico? Se podemos arriscar uma rápida definição, diríamos que a história oral é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo”. Ela chama atenção para que o trabalho de História Oral constitui “uma produção intencional de documentos históricos. Existem, então, dois tipos básicos de entrevistas: a de vida e a temática. Então as questões giram em torno do interesse factual ou informativo

e também a uma reflexão crítica sobre o passado (Alberti, 2005, p. 17, 18 e 21).

O foco das entrevistas são as docentes mulheres negras na UNILA, para mapear seus espaços de atuação, formação acadêmica ou profissional, formas de sociabilidade acadêmica e redes de colaboração. (As duas únicas docentes que deram retorno sobre serem entrevistadas). Através da história oral, buscamos compreender como a persistência dessas mulheres negras tem feito diferença na vida de muitas discentes negras e pardas da universidade. Foram realizadas duas entrevistas com as docentes presencialmente. As entrevistas foram baseadas em um questionário elaborado com questões pertinentes às suas trajetórias, suas histórias e lutas para estarem onde estão atualmente, a partir de seus agenciamentos e protagonismos cotidianos, bem como suas formas de atuação política e institucional. Além disso, foram levantados dados sobre as docentes, tais como informações sobre a trajetória acadêmica e trabalhos publicados.

Através desta pesquisa pude compreender que não estava errada em pensar em ser a 'única' que muitas outras mulheres negras sentiram - se as únicas, mas espero que com essa pesquisa possamos ter uma mudança significativa na academia e também fora dela.

REFERÊNCIAS

- 14ª Semana da Consciência Negra.** Disponível em: <<https://portal.unila.edu.br/eventos/14a-semana-da-consciencia-negra>>. Acesso em: 29 ago. 2025.
- ABA.** Disponível em: <<https://portal.abant.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 6 Abril 2025.
- ABPN.** Disponível em: <<https://abpn.org.br/>>. Acesso em: 1 abril. 2025.
- ALBERTI,** Verena. Manual de História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- ALMEIDA,** Sílvio Luiz de. Racismo estrutural / Sílvio Luiz de Almeida. -- São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 264 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro) ISBN:978-85-98349-74-91. Racismo 2. Racismo - História 3. Racismo - Teoria, etc. I. Título II. Ribeiro, Djamila III. Série 19-00703.
- ANJOS,** Simony dos. Racismo na igreja. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/racismo-na-igreja/>>. Acesso em: 2 ago. 2025.
- BARBOSA,** Milton. Movimento Negro Unificado (MNU). DE FAVELAS MARIELLE FRANCO, Dicionário. Disponível em: <[https://wikifavelas.com.br/index.php/Movimento_Negro_Unificado_\(MNU\)](https://wikifavelas.com.br/index.php/Movimento_Negro_Unificado_(MNU))>. Acesso em: 29 ago. 2025.
- BATISTA ALVES,** JÚLIA. CURRÍCULOS LATTES. Disponível em: <https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?jsessionid=2BD049265011EB4B274C4154FB56813B.buscatextual_0>. Acesso em: 6 Abril 2025.
- CEBRAFRICA.** Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/cebrafrica/sobre/>>. Acesso em: 14 jan. 2025.
- COLLINS,** P. H. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Boitempo Editorial, 2019.
- CONNEABS - ABPN.** Disponível em: <<https://abpn.org.br/conneabs-2/>>. Acesso em: 6 Abril 2025.
- DE JESUS OLIVEIRA M., WALDEMIR ROSA, E. A. P. N. A. A. DO S.** Acesso e Permanência no Ensino Superior: um retrato da ação afirmativa na UNILA. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/prae/arquivos/acesso-e-permanencia-no-ensino-superior_-um-retrato-da-acao-afirmativa-na-unila.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2025.
- DEDS (UFRGS).** 1º semana da África na UFRGS. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/deds/1a-semana_da_africa_na_ufrgs/>. Acesso em: 16 jan. 2025.
- DEDS (UFRGS).** Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/deds/nucleos/>>. Acesso em: 16 jan. 2025.
- FERRAZ,** Claudia Pereira. A etnografia digital e os fundamentos da antropologia para estudos de redes on-line. Aurora: revista de arte, mídia e política, São Paulo, v.12, n.35, p. 46-69, jun./set. 2019. Disponível em: <http://bds.unb.br/handle/123456789/1153>. Acesso em: 6 Abril 2025.
- FERREIRA,** A. de M. S.; COELHO, W. de N. B. Ações dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) institucionalizados dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) no período de 2006 a 2017. Revista Exitus, [S. l.], v. 9, n. 5, p. 215–242, 2019. DOI: 10.24065/2237-9460.2019v9n5ID1106. Disponível em:

<https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/1106>. Acesso em: 18, setembro, 2024.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**.2020. Rio de Janeiro: Zahar.

História da UNILA. Disponível em: <<https://portal.unila.edu.br/institucional/historia-unila>>. Acesso em: 6 maio. 2025.

HOOKS, bell. Teoria Feminista: Da margem ao centro. Tradução de Reiner Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

Imagens das atividades do NEALA no Facebook: Ano de 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/ConscienciaNegraUnila?mibextid=ZbWKwL>. Acesso em: 6 Abril 2025.

Imagens das atividades do NEALA no Facebook: Ano de 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/ConscienciaNegraUnila?mibextid=ZbWKwL>. Acesso em: 6 Abril 2025.

Imagens das atividades do NEALA no Facebook: Ano de 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/ConscienciaNegraUnila?mibextid=ZbWKwL>. Acesso em: 6 Abril 2025.

Imagens das atividades do NEALA no Facebook: Ano de 2021. Disponível em: <https://www.facebook.com/ConscienciaNegraUnila?mibextid=ZbWKwL>. Acesso em: 6 Abril 2025.

Imagens das atividades do NEALA no Facebook: Ano de 2021. Disponível em: <https://www.facebook.com/ConscienciaNegraUnila?mibextid=ZbWKwL>. Acesso em: 6 Abril 2025.

Instituto Mercosul de Estudos Avançados - IMEA. Disponível em: <<https://portal.unila.edu.br/imea>>. Acesso em: 18 maio. 2025.

LEITÃO, L. R. S.; **SILVA**, M. K. Institucionalização e contestação: as lutas do Movimento Negro no Brasil (1970-1990). *Política & Sociedade*, v. 16, n. 37, p. 315–347, 2017.

LIMA, G. DOS S.; **CARVALHO**, C. P. DE J.; **ALMEIDA**, C. C. DE. A preservação e a disseminação da história e cultura africana e afro-brasileira a partir do colecionismo nas unidades de informação no Brasil. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, v. 13, n. 1, p. 223–238, 2020.

MENEGHEL, S., Amaral, J. (2020). Universidades internacionais na contracorrente. *Universidades*, 66(67), 25-40. <https://doi.org/10.36888/udual.universidades.2016.67.396>.

Museu Treze Maio (Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio) – Clubes Sociais Negros. Disponível em: <<https://clubessociaisnegros.com/museu-treze-maio-sociedade-cultural-ferroviaria-treze-de-maio/>>. Acesso em: 16 jan. 2025.

NUNES,Vicente. Frei David: “Igreja Católica é racista e se afasta dos jovens”. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2023/07/5112270-frei-david-igreja-catolica-e-racista-e-se-afasta-dos-jovens.html>>. Acesso em: 30 jul. 2025.

OLIVEIRA, R.; DE PORTAIS E APLICAÇÕES WEB (SPA/DSI/DTI/UNILAB), S. Sobre a Unilab. Disponível em: <<https://unilab.edu.br/sobre-a-unilab/>>. Acesso em: 30 abr. 2025.

OLIVEIRA, Rafael; DE PORTAIS E APLICAÇÕES WEB (SPA/DSI/DTI/UNILAB), Seção. Campus dos Malês da Unilab completa 11 anos nesta segunda-feira (12/05). Disponível em: <<https://unilab.edu.br/2025/05/12/campus-dos-males-da-unilab-completa-11-anos-nesta-segunda-feira-12-05/>>. Acesso em: 25 ago. 2025.

PEREIRA, M.C., Currículo Lattes. Disponível em: <https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4708742U0&tokenCaptchar=03AFcWeA6sMby9yfb2oV-Gthl13vF2gJAmQnrAzHYRMTArE_t0gmyMdPUzmS7>. Acesso em: 18 jul. 2025.

Planejando a Próxima Década Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2025.

RIBEIRO, Fabrício Américo. Unila e Unilab: uma abordagem sobre o processo de integração internacional do ensino superior a partir das universidades federais no Brasil. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 1, pág. 63 - 71, julho de 2015. ISSN 2178-0463. Disponível em: <<http://www.geosaberes.ufc.br/geosaberes/article/view/365>>. Data de acesso: 04 fev. 2025.

ROCHA, Roseli da Fonseca. Especial O Ministério da Saúde e o PNI | A cor da desigualdade: a Política de Saúde da População Negra. Casa de Oswaldo Cruz, 2023. Disponível em: <https://www.coc.fiocruz.br/todas-as-noticias/especial-o-ministerio-da-saude-e-o-pni-a-cor-da-desigualdade-a-politica-de-saude-integral-da-populacao-negra/>. Acesso em: 28, maio, 2024.

ROSA, W. CURRÍCULOS LATTES. Disponível em: <<https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do>>. Acesso em: 23 jan. 2025.

Secretaria de Ações Afirmativas e Equidade. Disponível em: <<https://portal.unila.edu.br/secafe>>. Acesso em: 18 maio. 2025.

SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas. Disponível em: <<https://sig.unila.edu.br/sigaa/link/public/extensao/visualizacaoAcaoExtensao/91794877>>. Acesso em: 6 apr. 2025.

SOUZA, A. M. CURRÍCULOS LATTES. Disponível em: <<https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do>>. Acesso em: 23 jan. 2025.

SOUZA, A. M. Grupo de pesquisa: NEALA - Núcleo de Estudos Afro-Latino Americanos. Site do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, 2023. Disponível em: dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6802774727072443. Acesso em: 02, outubro, 2024.

TATSCH, Constança. Luta contra o racismo avança devagar na América Latina. Portal Geledés, 2022. Disponível em: https://www.geledes.org.br/luta-contr-o-racismo-avanca-devagar-na-america-latina/?gclid=CjwKC-AjwoqGnBhAcEiwAwK-OkYXUh1D4r5sJyn-C2QBZWimZf4YQ1UQ5wP1cOBncu9d-YBXuLgHtwR-oCsXQQAvD_BwE. Acesso em: 25, agosto, 2023.

UNILA inicia construção de sua política institucional antirracista. Disponível em: <<https://portal.unila.edu.br/noticias/unila-inicia-construcao-de-sua-politica-antirracista>>. Acesso em: 29 ago. 2025.

ANEXOS

ANEXO A – TABELAS DE DADOS DOS NEABIS, CENTROS DE ESTUDOS AFRICANOS E MUSEUS AFROS:

Centros de Estudos Africanos: 6, Núcleos de Estudos Afro-brasileiros: 139 e Museus afros: 36, entre instituições públicas e privadas”.conforme os quadros abaixo:

Quadro 1. Centros de Estudos Africanos

Centro de Estudos Africanos	Instituições	Região
Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO)	Universidade Federal da Bahia	Nordeste
Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA)	Universidade Cândido Mendes (UCAM)	Sudeste
Centro de Estudos Africanos no Brasil (CEA)	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).	Sudeste
Centro de Estudos Africanos no Brasil	UFMG	Sudeste
Laboratório de Estudos Africanos (LeÁfrica)	IFCS-UFRJ	Sudeste
Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFICA)	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Sul

Fonte: elaborado pelos autores

Quadro 2. NEABs

NEABS e núcleos correlatos	Instituição	Região
N'UMBUNTU - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Relações Étnico-Raciais, Movimentos Sociais e Educação	Universidade Federal do Sul e sudeste do Pará	Norte= 15
NEABI - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas do IFRO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia	
GERA - Núcleo de Estudos e pesquisas sobre Formação de Professores e Relações Étnico-Raciais	Universidade Federal do Pará	
NEAB - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros	Instituto Federal do Acre	
NEAB/UNIFAP - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro	Universidade Federal	

	do Amapá	
NEABI - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Campus Belém	
NEAB - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros	Universidade Federal do Tocantins	
NEABI - Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiras e Indígenas	Universidade Federal do Amazonas	
NEAB - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros	Universidade do Estado do Amazonas	
NEABI - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR/Campus Boa Vista Centro	
GEABI - Grupo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas –UFPA	Universidade Federal do Pará	
Grupo de Estudos Afro amazônico – GEAM	Universidade Federal do Pará Campus de Belém	
Núcleo de Estudos Afro-brasileiros	Universidade Estadual do Pará	
Grupo de Estudo e Pesquisa em Gênero, Juventude e Etnicidade/Ubuntu	IFTO - Instituto Federal do Tocantins	
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas	Universidade Federal do Acre - UFAC	
NEABI - Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas	Universidade Federal da Paraíba	
NEAB - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros	Universidade Federal de Alagoas	
NEABI - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indiodescendentes	Instituto Federal do Maranhão	
NEAB - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros	Universidade Federal do Maranhão	
NEAB - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros	Universidade Federal do Sul da Bahia	
CEPAIA - Centro de Estudos dos Povos Afro-Índio Americano	Universidade do Estado da Bahia	
IFARADÁ - Núcleo de Pesquisa sobre Africanidades e Afrodescendência	Universidade Federal do Piauí	
NEAB - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros	Universidade Federal de Pernambuco	
Núcleo de Estudos Africanos e Indígenas	Universidade Estadual da Região	
	Tocantina do Maranhão	Nordeste=3 2
NEAB - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros	Universidade Federal Rural de Pernambuco	
NACE - Núcleo das Africanidades Cearenses	Universidade Federal do Ceará	
ODEERE - Órgão de Educação das Relações Étnicas	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia –	

	UESB
NEABI - Núcleo de Estudos Afro Brasileiro e Indígenas –Guarabira	Instituição: Universidade Estadual da Paraíba
Coletivo Angela Davis - Grupo de Pesquisa em Gênero, Raça e Subalternidade	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - Campus Cachoeira
NEAB	Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB Campus de Liberdade
Laboratório de Estudos e Pesquisas em Afro brasilidades, Gênero e Família – NUAFRO	Universidade Estadual do Ceará
Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas	Universidade Federal de Sergipe
Núcleo de Estudos Afro Brasileiros e Indígenas	Instituto Federal de Educação Ciência Tecnologia do Sertão Pernambucano - Campus Salgueiro
NEABI IF Baiano Campus Valença	Instituto Federal Baiano Campus Valença
NEABI IF Baiano - Campus Guanambi	IF Baiano Campus Guanambi
NEABI IF Baiano - Campus Itapetinga	IF Baiano Campus Itapetinga
EtniCidades grupo de estudos étnicos e raciais em arquitetura e urbanismo	Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia
Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Laboratório de Educação das Relações Étnico-Raciais –LabERER	Universidade Federal de Pernambuco
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS AFRO – NEPA	UESPI - Universidade Estadual do Piauí
Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena	Universidade do Estado da Bahia (UNEB) -Campus XVIII
Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Ceará Campus – Juazeiro do Norte
Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI)	Instituto Federal do Ceará - IFCE Campus Jaguaribe
AFROUNEB - Núcleo Interdisciplinar de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros	Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas	IFPI - Instituto Federal do Piauí - Campus Cocal
NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN
NEABI-CAMPUS FORTALEZA	Instituto Federal Ceará Campus Fortaleza

NEGRA - Núcleo de Estudos sobre Educação, Gênero, Raça e Alteridade	Universidade do Estado de Mato Grosso	Centro Oeste=20
NEAB - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros	Universidade Federal da Grande Dourados	
NEADI - Núcleo de Estudos Afrodescendente e Indígena	Universidade Federal de Goiás	
NEAAD - Núcleo de Estudos Africanos e Afro-Diaspóricos	Universidade Estadual de Goiás – UEG	
NEGRA - Núcleo de Estudos de Gênero, Raça e Africanidades	Instituto Federal de Goiás – IFG	
NUMDI - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Indígena e de Fronteira Maria Dimpina Lobo Duarte	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT/Campus Fronteira Oeste/Pontes e Lacerda	
NEABI - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas	Instituto Federal Goiano – IFGoiano	
GEPHERG - Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas, História, Educação das Relações Raciais e Gênero	Universidade de Brasília – UnB	
CIATA-Laboratório de Pesquisas em Educação Química e Inclusão LPEQI	Universidade Federal de Goiás	
PROAFRO - Núcleo de Estudos Africanos e Afro-brasileiros do Programa de Estudos Africanos e Afro-brasileiros	Pontifícia Universidade Católica de Goiás	
CEPEGRE - Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação, Gênero, Raça e Etnia	Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul	
NEAB - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros – UNB	Universidade de Brasília	
LaGENTE-Laboratório de estudos de gênero étnico-raciais e especialidades	Universidade Federal de Goiás	
Núcleo de Estudos Afro Brasileiro e Indígena e de relações de Gênero e Sexualidades (Neabí-Nuances)	Instituto Federal de Goiás - Campus Cidade de Goiás	
Núcleo de estudos e pesquisas sobre relações raciais e educação	Universidade Federal do Mato Grosso	
NEABI - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas –IFGoiano	Instituto Federal Goiano – IFGoiano –Câmpus Posse	
Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	
Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal de Tocantins	Universidade Federal de Tocantins	
NUMDI - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Indígena e de Fronteira Maria Dimpina Lobo Duarte	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT/REITORIA	
Núcleo de Estudos Afro-brasileiros – NEAB	Universidade Federal de Uberlândia	
ONDJANGO - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros	Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC / Escola	
		Sudeste=3 6

	Técnica João Luiz do Nascimento
NEABCP2 - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros do Colégio Pedro II	Colégio Pedro II
NEAB/UFJF - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal de Juiz de Fora	Universidade Federal de Juiz de Fora
NEABI - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas –UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
LEAFRO - Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas	UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
NEAB - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
NEIAB - Núcleo de Estudos Indígena e Afro-brasileiro –UNAERP	Universidade de Ribeirão Preto
NEABI - IF SUDESTE MG	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais - IF Sudeste MG
NEAB - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
NEABI - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas –UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
NEAB - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros – UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
Programa de Educação sobre o negro na sociedade brasileira	Universidade Federal Fluminense
NEAB - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros NEAB/UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
NEAB - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
NEAB - Núcleo de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Programa de Ações Afirmativas da UFMG	Universidade do Estado de Minas Gerais
Programa Institucional de Ações Afirmativas UEMG	Universidade do Estado de Minas Gerais -Campus Ubá
LICAFRO - Laboratório de Literaturas e Culturas Africanas e da Diáspora Negra	Universidade Federal Fluminense - Campus Gragoata
NEABI-Cpar	Instituto Federal do Rio de Janeiro Campus Paracambi – IFRJ
Nupe - Núcleo negro para pesquisa e extensão da Unesp -GT de Rio Preto	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho' - Campus São José do Rio Preto
Programa de Estudos e Debates dos Povos Africanos e Afro Americanos – PROAFRO	Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Campus Maracanã – UERJ

NEAB NIEHLAFRO	Universidade do Estado de Minas Gerais -Campus Belo Horizonte	
NEAB/IFMG/OP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - Campus Ouro Preto – IFMG	
Neab Ufscar	Universidade Federal de São Carlos	
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - NEABI Campus Ituiutaba	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Campus Ituiutaba – IFTM	
Núcleo de Estudos Afro brasileiros e Indígenas do IFSP	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo	
Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena do Campus Rio de Janeiro	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro	
NEABI Macaé	Universidade Federal do Rio de Janeiro -Campus Macaé e Instituto de Ciências da	
	Sociedade de Macaé/UFF	
Observatório da Diversidade	Instituto Federal de Minas Gerais - IFMG	
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros - Universidade Federal Fluminense/Campus Rio das Ostras	Universidade Federal Fluminense	
NEABI Pontal	Universidade Federal de Uberlândia	
Núcleo de Estudos Africanos e Afro-brasileiros	Universidade Federal do ABC	
Núcleo de Estudos Afro-brasileiros Ayó - NEAB-AYÓ	Escola Municipal Clementino Fraga	
Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas	Instituto Federal do Rio de Janeiro	
Núcleo de Estudos afro brasileiro e indígenas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri- Minas Gerais	
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi) do Campus Colatina	Instituto Federal do Espírito Santo -Campus Colatina	
NEABI - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas	Instituto Federal de Santa Catarina -IFSC/Campus Gaspar	Sul=36
NEAB - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros	Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC	
Núcleo de Relações Étnico Raciais, de Gênero e Sexualidade	Universidade Estadual de Ponta Grossa	
Grupo de Estudos Etno-Culturais	Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste	

NEAA - Núcleo de Estudos Ameríndios e Africanos	Universidade Estadual do Centro-Oeste –UNICENTRO
NEAB - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros	Universidade Federal do Paraná
NEAB - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros	Universidade Regional de Blumenau
NEABI - Núcleo de Estudos em Cultura Afro-Brasileira e Indígena	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS
NUVIC - Grupo de Estudos sobre Violências	Universidade Federal de Santa Catarina
NEAB - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros	Universidade do Estado de Santa Catarina
NEAB - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros	Universidade Federal do Pampa – Unipampa
NEIA - Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-brasileiros	Universidade Estadual de Maringá
NEABI - Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas	Universidade Luterana do Brasil
ALTERITAS: Diferença, Arte e Educação	Universidade Federal de Santa Catarina –UFSC
NEABI - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas - Negro e Educação	Universidade do Planalto Catarinense
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas FURG	Universidade Federal do Rio Grande
NEABI - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS/ Campus Porto Alegre
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul IFRS/ /Campus Sertão	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul IFRS
NEABI - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS/Campus Bento Gonçalves
NAAIA - Núcleo de Ações Afirmativas do IFRS Câmpus Alvorada	Instituição: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS/Câmpus Alvorada
NEABI - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas	Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – IFRS/Campus Canoas
NEABI – Campus Feliz	Instituto Federal do Rio

	Grande do Sul	
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – UFFS Campus Chapecó	Universidade Federal da Fronteira do Sul	
NEAB: Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros UNIVILLE	Universidade da Região de Joinville	
NEAB	Universidade Federal do Pampa - Unipampa - Campus São Borja	
NEAB	Universidade Federal do Pampa - Unipampa - Campus Jaguarão	
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas – NEABI	Universidade Federal do Pampa - Unipampa - Campus Itaqui	
NEAB Estácio SC	Universidade Estácio de Sá - Santa Catarina	
NEALA: Núcleo de Estudos Afro Latino Americanos e Caribenhos	UNILA - Universidade Federal da Integração Latino Americana	
NEABI/UFFS-ERE	Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim	
Laboratório de Cultura e Estudos Afro-Brasileiros e Africanos – LEAFRO	Universidade Estadual de Londrina -Campus Londrina	
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UEL - NEAB/UEL	Universidade Estadual de Londrina -Campus Londrina	
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e Africanos	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do Instituto Federal do Paraná	1 Instituto Federal do Paraná	
Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da UNIPAMPA - NEABI MOCINHA	2 Universidade Federal do Pampa	

Fonte: retirado do site : <https://www.abpn.org.br/consorcio-de-neabs> e organizados pelos autores

Quadro 3. Museus Afro-Brasileiros

Museu	Cidade	Público ou privado	Região
Cafua das Mercês (Museu do Negro)	São Luís, MA	Público	Nordeste
Museu da Abolição	Recife-PE	Público	
Museu de Artes Afro-Brasil Rolando Toro	Recife, PE	Privado	
Museu Senzala Negro Liberto	Redenção, CE	Privado	
Museu Afro-brasileiro de Sergipe	Laranjeiras, SE	Público	
Museu Casa do Benin	Salvador-BA	Público	
Museu Último Quilombo	Boa Vista do	Público	

	Tupim, BA			
Museu Afro Cultural Oyá Ní	Alagoinhas, BA	Privado		
Memorial Lajoumim - Terreiro Pilão de Prata	Salvador, BA	Privado		
Museu Digital da Memória Afro-Brasileira e Africana (Virtual)	Salvador, BA	Público		
Museu Ilê Ohun Lailai	Salvador, BA	Privado		
Museu Comunitário Mãe Mirinha de Portão	Lauro de Freitas, BA	Privado		
Memorial Kisimbê - Águas do Saber	Salvador, BA	Privado		
Museu Nacional da Cultura Afro-brasileira	Salvador, BA	Público		
Museu Afro Omon Ajagunan	Lauro de Freitas, BA	Privado		
Memorial Mãe Menininha do Gantois/Associação de São Jorge Ebé Oxossi	Salvador, BA	Privado		
Museu Afro-Brasileiro da Universidade Federal da Bahia	Salvador, BA	Público		
Parque Memorial Quilombo dos Palmares	União dos Palmares, AL	Público		
Museu Capixaba do Negro "Verônica da Pas" – Mucane	Vitória, ES	Público	Sudeste	
Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos	Belo Horizonte, MG	Privado		
Museu do Escravo (Belo Vale)	Belo Vale, MG	Público		
Centro de Referência da Cultura Negra	Araxá, MG	Público		
Instituto de Pesquisas Afro Cultural Odé Gbomi	Nova Iguaçu, RJ	Privado		
Museu de Favela	Rio de Janeiro, RJ	Privado		
Memorial Afro-Valenciano Padre João José da Rocha	Valença, RJ	Privado		
Museu do Negro	Rio de Janeiro, RJ	Privado		
Museu do Escravo	Barra do Piraí, RJ	Privado		
Museu Afro Brasil	São Paulo-SP	Público		
Museu do Negro de Campinas	Campinas, SP	Privado		
Museu da Cultura Africana e Negritude Brasileira	Amparo, SP	Privado		
Òsun Ìya Oke Ile Afro-Brasileiro Ode Lorecy	Embu das Artes, SP	Privado		
Casa da Cultura Afro-Brasileira - Memorial ao Escravizado	São Vicente, SP	Museu Público		
Casa da Cultura Quilombo	Quilombo, SC	Público		Sul
Casa dos Açores - Museu Etnográfico	Biguaçu, SC	Público		
Museu Treze de Maio	Santa Maria, RS	Privado		
Museu Paroquial Padre Osmar Possamai	São Marcos, RS	Privado		

Fonte: informações retiradas do site: <http://museus.cultura.gov.br/> e elaborado pelo

autores.